

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JORGE ARMINDO AGUIAR VARASCHIN

**O CONCRETO E SUA DINÂMICA: A CONSTITUIÇÃO DE 1934 NA GÊNESE DO
PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA
BRASILEIRO**

PORTO ALEGRE

2010

JORGE ARMINDO AGUIAR VARASCHIN

**O CONCRETO E SUA DINÂMICA: A CONSTITUIÇÃO DE 1934 NA GÊNESE DO
PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA
BRASILEIRO**

**Monografia apresentada ao Departamento de
Ciências Econômicas da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e
final para a obtenção do Título de bacharel em
Ciências Econômicas, tendo como orientador o
Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca.**

PORTO ALEGRE

2010

JORGE ARMINDO AGUIAR VARASCHIN

**O CONCRETO E SUA DINÂMICA: A CONSTITUIÇÃO DE 1934 NA GÊNESE DO
PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA
BRASILEIRO**

**Monografia apresentada ao Departamento de
Ciências Econômicas da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e
final para a obtenção do Título de bacharel em
Ciências Econômicas.**

Aprovada em: Porto Alegre, 15 de dezembro de 2010.

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca - orientador
UFRGS

Prof. MSc. Maria Aparecida Grandene de Souza
UFRGS

Prof. Dr. Hermógenes Saviani Filho
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho à minha família, cujo amor, carinho e esforço construíram, juntamente comigo, o êxito desta trajetória.

Dedico à Ana, pelo carinho e compreensão nos momentos difíceis. Sua paciência se esboça nos contornos destas 83 páginas.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Prof. Pedro Fonseca, pelo aprendizado proporcionado nesse um ano de bolsa de Iniciação Científica e pela paciência demonstrada nos momentos em que minha curiosidade intelectual insistia em assumir formas de análise apressada.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma maneira, contribuíram na confecção desta monografia e no projeto de vida que assumi nos últimos anos.

“Como? Isto não significa, falando de modo popular: Deus está refutado e o Diabo não?” Pelo contrário! Pelo contrário, meus amigos! E, com os diabos, quem os obriga a falar de modo popular? (Nietzsche, 1992, p. 43)

RESUMO

Este trabalho apresenta-se como um esforço de interpretação, tendo como objetivo resignificar a Constituição de 1934, primeira Carta Constitucional construída no pós-Revolução de 1930, período em que se desmancha o bloco de poder hegemônico durante a República Velha. Nesse contexto, a Constituição de 1934 resulta de uma nova conjuntura nacional, tanto em seus aspectos econômicos, na medida em que se inicia o processo de industrialização da economia do país, quanto em seus elementos político-ideológicos, fruto da deterioração do discurso liberal e da formação de um novo discurso ideológico, qual seja, o desenvolvimentista. Expressa, desse modo, os primeiros elementos jurídico-institucionais que embasarão o futuro Estado desenvolvimentista brasileiro, delineando-se, dessa forma, seu sentido histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Liberalismo, Desenvolvimentismo, Industrialização, Estado desenvolvimentista, Constituição de 1934.

RÉSUMÉ

Le présent travail se pose comme un effort d'interprétation, ayant comme objectif résignifier la Constitution Brésilienne de 1934, la première Constitution construite après la Révolution de 1930, période durant laquelle se démantèle le groupe de pouvoir hégémonique durant la Vieille République. Dans ce contexte, la Constitution de 1934 est le résultat d'une nouvelle conjoncture nationale, tant par ses aspects économiques, dans la mesure où s'initie un processus d'industrialisation de l'économie, quant par ses éléments politico-idéologiques, fruits de la détérioration du discours libéral et de la formation d'un nouveau discours idéologique, à savoir, le développementiste. L'auteur exprime, de cette manière, les premiers éléments juridique-institutionnels que serviront de base au futur État développementiste brésilien, et pose, par conséquence, son importance historique.

MOTS-CLEFS: Libéralisme, Développementisme, Industrialisation, État Développementiste, Constitutio Brésilienne de 1934.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A CONSTRUÇÃO DIALÉTICA DA REALIDADE E A ANÁLISE HISTÓRICA	12
1.1. A REVOLUÇÃO BURGUESA COMO TOTALIDADE	12
1.2. A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA E A ANÁLISE DO DISCURSO	15
1.3. A CONSTRUÇÃO DIALÉTICA DA REALIDADE	17
2. O CONCRETO	19
2.1. A CONSTITUIÇÃO DE 1934	19
2.1.1. Seus Contornos	19
2.1.2. Seu Momento	21
3. A TOTALIDADE: CONTEÚDO	28
3.1. PROBLEMÁTICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO RETARDATÁRIA	29
3.1.1. Industrialização	29
3.1.2. Acumulação Cafeeira e Capital Industrial: Dinâmica e Contradição	33
3.1.3. Segundo Ciclo Longo do Café e Crise da Economia Cafeeira	36
3.1.4. Desencadear do Processo de Industrialização Restringida	44
4. A TOTALIDADE: FORMA	48
4.1. O DISCURSO POLÍTICO-IDEOLÓGICO	48
4.2. FORMAÇÃO E HEGEMONIA DO DISCURSO LIBERAL	50
4.2.1. Pacto de Campos Sales e Construção do Sujeito Regional	56
4.2.2. Ideologia, Acumulação Cafeeira e Pacto de Poder: a República Velha como Realidade	59
4.3. DÉCADA DE 1920 E CRISE DO BLOCO DE PODER: CONTESTAÇÕES À HEGEMONIA LIBERAL	60
4.4. REVOLUÇÃO DE 1930 E GOVERNO PROVISÓRIO: SUJEITO NACIONAL E ELEMENTOS DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA	63
4.4.1. A Aliança Liberal	63
4.4.2. O Governo Provisório	65
4.4.2.1. <i>Centralização Política e Intervencionismo Estatal</i>	67
5. A TOTALIDADE CONCRETA	70
5.1. A CONSTITUIÇÃO DE 1934 E A FORMAÇÃO DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA: UMA INTERPRETAÇÃO	70
5.1.1. As Continuidades	71
5.1.2. As Descontinuidades	73
5.1.2.1. <i>O Sujeito Nacional</i>	74
5.1.2.1. <i>A Centralização Política</i>	74
5.1.2.2. <i>O Intervencionismo Estatal e o Nacionalismo</i>	76
5.1.3. Uma Síntese	77
CONCLUSÃO	78
BIBLIOGRAFIA	80

ÍNDICE DE QUADROS

TABELA 1 - ÍNDICES DO VOLUME FÍSICO DA PRODUÇÃO _____	22
TABELA 2 - MUDANÇAS ESTRUTURAIS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO _____	23
TABELA 3 - BALANÇA COMERCIAL E DÍVIDA EXTERNA _____	24
TABELA 4 - DÍVIDA PÚBLICA INTERNA DO GOVERNO FEDERAL _____	25
TABELA 5 - PRODUTO REAL E RENDA REAL _____	26

INTRODUÇÃO

A história brasileira, no último século, apresenta uma trajetória de profundas transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas. No início deste existia no país apenas os contornos de uma recém fundada república que engatinhava na formação de uma sociabilidade capaz de dar suporte às contradições inerentes à dinâmica de uma economia capitalista. Já em seu final, a nacionalidade debatia-se no interior de uma nova problemática que superava em muito a forma de uma economia capitalista exportadora. Nos moldes de uma economia industrial, refletia-se sobre a funcionalidade do Estado nacional brasileiro e a viabilidade de um projeto político que atuasse na dianteira de um plano de desenvolvimento nacional. Em ambos os momentos, a objetividade do mundo concreto foi perpassada pela interpretação ideológica calcada na identificação do processo histórico mediante elementos que, em si, aglutinavam o campo da possibilidade. Desse modo, a realidade construída em ambos os casos, apresentava-se, inevitavelmente, como fruto de interpretação ideológica.

No ínterim desse movimento, a década de 1930 representa um período de profunda relevância, na medida em que permite a resignificação da problemática nacional, entendida como projeto de nação, além de propiciar a formação de um novo cenário para a construção político-ideológica. A queda do bloco de poder alicerçado na República Velha, enseja a reinterpretção do momento vivido e das tendências nas quais a sociabilidade nacional debatia-se. Forma-se, assim, um novo *sentido* para a dinâmica nacional e se redefine os dilemas do desenvolvimento brasileiro. Gera-se, desse modo, uma nova realidade, capaz de dar suporte político-ideológico às transformações que daí virão. A Constituição de 1934 é, invariavelmente, resultado desse novo contexto, fruto da luta entre antigos e novos atores. Representa o choque de um discurso ideológico que perde progressivamente seu caráter hegemônico (o liberal) e outro que inicia seu movimento de formação (o desenvolvimentista), compostos, cada qual, com diferentes significados para o processo em que se inserem. Entende-se aí seu caráter diverso, com claros pontos de continuidade e outros tantos de descontinuidade. Sua importância, assim, revela-se como momento privilegiado na construção da nova realidade apresentada pelo pós-1930. Apresenta-se, então, a hipótese principal deste

trabalho: a Constituição de 1934, na medida em que se insere num novo período, reúne os primeiros elementos jurídico-institucionais que embasarão a formação do Estado desenvolvimentista brasileiro, concretizando, desse modo, a descontinuidade verificada no pós-1930 com a modificação da estrutura estatal. Representa, enfim, uma mudança cujo significado encontra-se no processo histórico característico em que se insere.

Torna-se evidente, desse modo, a centralidade da perspectiva histórica nos contornos da análise dialética aqui apresentada. Propõe-se, nas palavras de Kösik (1985), um *détour*: parte-se do concreto em busca de determinada totalidade, entendida como tendência histórica do período analisado; somente a partir daí se pode, efetivamente, falar em sentido histórico. No caso aqui investigado, a década de 1930 redefine algumas questões importantes, na medida em que marcam o processo histórico característico do momento analisado: inicia-se a industrialização da economia do país, a formação do Estado desenvolvimentista brasileiro e um novo arranjo das forças sociais, agora identificadas de acordo com a dinâmica de uma sociedade de classes. A realidade que dá sentido a todo esse original arcabouço será formulada pelo discurso desenvolvimentista. Desse modo, esse trabalho apresenta não apenas as raízes econômicas do processo verificado, mas como tais revestem-se de sentido histórico e tornam-se alternativas de desenvolvimento.

Sendo assim, esse trabalho se divide em cinco partes: a primeira versa sobre o método aqui utilizado, expondo as características da análise dialética; na segunda, investiga-se o concreto, mais pormenorizadamente a Constituição de 1934 e o momento com que se relaciona; no terceiro capítulo, investiga-se a objetividade do processo histórico do contexto considerado, qual seja, o rol de tendências inerentes ao processo de transição capitalista na qual o país se insere; no quinto, trata-se dos discursos político-ideológicos existentes durante a República Velha e no pós-1930; e na quinta e última parte, interpreta-se a Constituição de 1934, significando-a e estabelecendo seu papel durante o período considerado. Faz-se, assim, o *détour* e obtêm-se, segundo Marx (1978), o “concreto pensado”.

1. A CONSTRUÇÃO DIALÉTICA DA REALIDADE E A ANÁLISE HISTÓRICA

Metodologicamente, dois pontos adquirem significativa relevância, na medida em que constituem a linha teórica à qual o trabalho vincula-se: um ligado à possibilidade de construção de uma totalidade histórica específica a partir da constituição de tendências que dão ênfase ao momento histórico analisado, em nosso caso, necessariamente vinculado à dinâmica de uma sociedade de classes; outro referente à possibilidade da análise ideológica através do estudo dos elementos formadores de um discurso específico.

É sobre esses dois pontos que repousa o marco teórico aqui utilizado: o primeiro vinculado ao conceito de Revolução Burguesa brasileira, tratado por Florestan Fernandes (1975); e o segundo ligado à análise do discurso proposta nos marcos de Ernesto Laclau (1979).

1.1. A REVOLUÇÃO BURGUESA COMO TOTALIDADE

Tomemos, de início, a descrição de Fonseca (1989) sobre as transformações ocorridas no país a partir do início do século XX até o período aqui analisado:

A República Velha é também período de expansão industrial [...] Somente no Estado de São Paulo a produção da indústria têxtil algodoeira cresceu de 12,3 milhões de metros, em 1885, para 287,2 milhões em 1937. Foi neste estado onde se concentrou o , crescimento: sua produção industrial aumentou em cerca de 150% somente no período entre 1919 e 1927/29 (média dos anos). Ao tomar-se por base o índice de 100 para o valor bruto da produção manufatureira, em termos nominais, em 1907, constata-se que, para o Brasil, ela alcançou a 443,3 em 1919 e a 890,4 em São Paulo; enquanto o número de operários chegou a 198,6 no país e a 375,7 em São Paulo, considerando-se os mesmos anos de 1907 e 1919, sendo o primeiro o ano-base. Como já foi exaustivamente documentado pela literatura, o crescimento urbano e industrial acelerou-se ainda mais a partir de 1930. Constata-se que, a partir daí, a evolução do produto real passou a depender menos da evolução da produção agrícola que da produção industrial [...]. (Fonseca, 1989, p. 24)

Analisados friamente e de maneira rápida, esses dados não expressam muito mais do que algumas relações quantitativas entre o crescimento da produção industrial no país e no estado de São Paulo, referindo-se principalmente ao aumento da produção da indústria têxtil, fenômeno iniciado já no século XIX, mas que se intensifica a partir do século passado e, principalmente, a partir de 1933. Analisados friamente esses dados não tem sentido, pois perdem-se em seu valor estatístico. Desse modo, na superficialidade de uma análise quantitativa, esvai-se a possibilidade da constituição de um processo.

Diferentemente daqueles que crêem na exclusividade científica das relações matematizáveis e na “ontologia” econométrica da história, aqui não se pretende uma listagem de fatos que, aparentemente, “expliquem” a dinâmica do período (a pseudoconcreticidade de que fala Kösik, 1985). Nossa análise parte da história como um processo e tal, como processo histórico, apresenta-se como *devir*. Em outras palavras: a história possui um sentido. Suas continuidades e descontinuidades não se dão pelo mero capricho de um ou de outro indivíduo que, desconectado do restante do mundo, cria a realidade. Antes disso, a história se passa como movimento. Constrói-se no campo da possibilidade e do *vir-a-ser*.

Partindo desse ponto, a principal questão a ser discutida refere-se à possibilidade (ou não) de constituição de uma totalidade que, vista como perspectiva, consiga dar cabo do sentido histórico da dinâmica econômica, social, política e ideológica de determinado período. Há aí, evidentemente, um perigo, qual seja: corre-se o risco de, a partir de uma suposta totalidade, criar-se uma espécie de “régua histórica”. Entendida desse modo, a história seria um processo linear e determinado, isto é, os “momentos” seriam momentos necessários para a efetivação de determinada totalidade. À luz desse prisma, o concreto seria simples exteriorização da essência e a totalidade, como “fonte da Verdade das coisas”, obter-se-ia através de um mero exercício de lógica, ou melhor, tornar-se-ia resultado da “purificação” dos conceitos. No entanto, não é o que aqui pretendemos. Hegel efetivamente viu na dinâmica histórica o desenvolvimento de uma “ordem necessária” (Laclau, 1979, p. 13) e dada “através de vínculos racionais” (Laclau, 1979, 13). Formou, então, sua totalidade e identificou, a partir dela, momentos necessários. Neste trabalho, não se fará o mesmo. Antes, projeta-se no campo da possibilidade. A totalidade, neste caso, não se apresenta como uma sucessão lógica e necessária, mas se constrói como um processo específico de transformação nacional que (no nosso caso) poderia (ou não) realizar-se. Assim, a constituição de tal tendência não se vincula à formação de uma “fonte de sentidos”, mas se apresenta como

construção de possibilidades, legitimadas tanto pelo processo de modificação das bases materiais da sociedade, como pela formação de discursos político-ideológicos que, entendidos como reflexões sobre o período, o interpretam. Assim, uma tendência forma-se na medida em que a possibilidade de seu *dever* se constitui material e ideologicamente, a partir da constituição de um sujeito histórico e de uma problemática do período. Desse modo, uma totalidade constrói-se, inevitavelmente, como interpretação. Nesse contexto, o concreto apresenta-se, não como momento da essência, mas como signo de um tipo específico de desenvolvimento econômico, social, político e ideológico que guarda em seus contornos a possibilidade de desenvolvimento nacional. Uma totalidade, portanto, apresenta-se como uma tendência histórica significada ou, em outras palavras, interpretada. A partir daí, tem-se, nas palavras de Kösik (1985), a "totalidade concreta".

Visto desse modo, fica evidente, analisando os dados anteriormente citados, que resultam de um período de transformações, tendo, entre estas, o aumento da produção industrial como um dos elementos que a constituem, tanto por representar parte da tendência do período, como por apresentar a possibilidade do prosseguimento do processo de formação de continuidades e descontinuidades.

Aqui surge-nos um novo problema: que conceito consegue encarnar a complexidade do momento e dar conta das construções e desconstruções que a transformação social verificada supõe? Para nós, é a Revolução Burguesa de Fernandes (1975) o pilar da interpretação histórica do período analisado:

Na acepção que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa revolução alcança um patamar histórico irreversível, de plena maturidade e, ao mesmo tempo, de consolidação do *poder burguês* e da *dominação burguesa*. (Fernandes, 1975, p. 203)

Desse modo, fica claro que o processo pelo qual o país passava não se resume apenas à mudanças em algumas variáveis econômicas. Por mais que dessem cores à dinâmica do período, sua análise apresenta apenas como estudo parcial, que, conseqüentemente, possui limitada eficácia interpretativa. Nesse sentido, o que o conceito de Revolução Burguesa supõe, e que não se depreende da mera análise de dados, segundo Fernandes (1975), é o aumento e consolidação do poder e da dominação burguesa, e que tal

não decorre apenas de uma mudança nas relações de produção existentes no país, mas também pela transformação psicocultural que a constituição do capitalismo nacional enseja. Em vista disso, as transformações acima mencionadas não evoluem em qualquer sentido, ou melhor, não são totalidades em si mesmas, antes representam e são signos de um determinado tipo de desenvolvimento sócio-econômico, qual seja, o desenvolvimento capitalista.

Entender a Revolução Burguesa como totalidade do período é compreendê-lo como parte do processo de constituição do capitalismo nacional. Representa, nesse sentido, um período de *transição capitalista* (Fernandes, 1975).

1.2. A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA E A ANÁLISE DO DISCURSO

Ao reconstituir uma totalidade, as interpretações que se expressam para explicar o processo, por exemplo, em discursos, constituem ponto de partida relevante para o pesquisador. Nesse ponto, indaga-se: quem interpreta? Para quem tal movimento ganha em significado? Quem, inevitavelmente, pode transformar o concreto em realidade? Evidentemente, interpretar aparece como uma ação deliberada e, sendo assim, supõe um sujeito; este sim pode propor uma ordem, uma lógica, um significado e, somente para ele, há a possibilidade de construção de “sentido“. É justamente neste momento que se chega à contribuição de Althusser (1996, p. 131), segundo o qual: “*A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos*”. Desse modo, afirma-se a construção ideológica como meio para formação de uma identidade, representada, invariavelmente, por um “eu” ou por um “nós”. Estes, ideologicamente construídos, podem, efetivamente, gerar um relato, um discurso, uma versão sobre os fatos que vivenciam. Nesse contexto, esse discurso, esse relato do mundo aparece como resultado concreto da construção ideológica. É o discurso, na medida que supõe um sujeito que analisa e interpreta, o objeto primordial da análise ideológica:

Quem é o sujeito interpelado? [...] o que constitui o princípio unificador de um discurso ideológico é o “sujeito” interpelado e assim constituído a partir desse discurso. Os elementos isolados de um discurso nada significam em si mesmos. Ao tentarmos analisar o nível ideológico de uma formação social determinada, nossa primeira tarefa será a de reconstituir as estruturas interpelativas que o constituem. (Laclau, 1979, 107)

Assim, segundo Laclau (1979), um discurso ideológico propõe variadas interpelações que transformam indivíduos em sujeitos. Um discurso articulado, nesse sentido, aparece como interpelações condensadas, na medida que formam cadeias associativas entre seus elementos constituintes. Em nossa investigação, por exemplo, o discurso liberal, no qual se baseia a República Velha, forma-se com base em um sujeito regional (constituído a partir do pacto de Campos Sales), associado à defesa intransigente do orçamento equilibrado e à crença de que o café sustenta o país, e não o contrário. Tem-se, assim, um efeito de causação que legitima a importância dada ao setor cafeeiro. Dessa forma, não apenas se constituem, por exemplo, cafeicultores ou paulistas, mas também liberais, e é nesse contexto que, efetivamente, se constrói o bloco de poder determinado e sob análise. Assim como em cada discurso ideológico se define uma variedade de sujeitos, a análise histórica prossegue no estudo dos discursos que criam determinada realidade. Sendo assim e de acordo com o que foi dito acima, o bloco de poder hegemônico constrói uma versão sobre os fatos: o café sustenta o Brasil. A crise desse bloco aparece, desse modo, como crise do próprio discurso que o torna possível: a partir da década de 1920 é o Brasil que sustenta a acumulação cafeeira (Fonseca, 1989). Tem-se, nesse caso, não apenas a crise da cafeicultura ou do liberalismo, mas a deterioração da própria realidade criada a partir desse contexto, historicamente conhecida como República Velha.

A análise do discurso, na medida em que aparece como investigação do resultado concreto da construção ideológica, propõe o estudo das várias cadeias associativas que o transformam em um discurso articulado. Nessa medida, representa a verificação dos sujeitos constituídos e da forma como estes se associam e se condensam durante o decorrer de determinado período. Sendo assim e em nosso caso, dividi-se em duas etapas: em um primeiro momento analisa-se a formação do discurso liberal, na medida em que cria a realidade chamada República Velha; em seguida investiga-se a descontinuidade proposta no início da década de 1930, quando a crise do bloco de poder anterior propicia a formação de um discurso anti-liberal, historicamente conhecido como desenvolvimentismo. Esses dois discursos, na luta político-ideológica, propõem, cada qual à sua maneira, a redefinição da problemática nacional: o primeiro apresenta a necessidade das finanças sadias; já o segundo defende a essencialidade do desenvolvimento nacional.

1.3. A CONSTRUÇÃO DIALÉTICA DA REALIDADE

Vimos anteriormente os dois principais pontos metodológicos da análise: esmiuçou-se a totalidade e se constituiu uma tendência significada. Então, perguntou-se: mas significada por quem? Afirmou-se, então: apenas sujeitos ideologicamente constituídos podem dar sentido ao mundo; podem efetivamente construir suas histórias e, desse modo, transformam-se naqueles que “vivem o drama“. Tem-se, desse modo, que gerando seus relatos, versando sob determinado período, formam suas próprias causações, cultivam suas crenças e estabelecem critérios de análise, de identificação do mundo e de constituição de verdades. Nesse quadro, constrói-se, enfim, a realidade. Uma realidade efetiva, verificável por relatos do processo; uma realidade que re-significa os símbolos e representações que dispõem o concreto. A realidade, portanto, como afirma Lacan (1998), apresenta-se como o *simbolizável*; constrói-se, portanto, a partir da *linguagem*, ou seja, daquilo que pode, invariavelmente, transformar-se em *signo* ou representação.

Evidentemente, em nosso caso, não existe um “em última instância”, uma origem ou fundação; totalidade e ideologia constroem-se simultaneamente, já que a primeira supõe a segunda e esta, liga-se invariavelmente a outra. De maneira efetiva, trabalha-se apenas com o processo, com o movimento, na medida em que representa o real e este, segundo o mesmo Lacan (1998), apresenta-se como o *não-simbolizável*, aquilo que não pode ser concretamente definido; a *coisa* de Kösik (1985).

Em busca deste, explica-se as quatro partes posteriores desse trabalho: em um primeiro momento, enfoca-se o concreto e as possibilidades que abre no desenrolar do processo histórico; em um segundo passo, parte-se em busca de uma objetividade geral, sob a qual a própria sociabilidade a ser analisada se alicerça, baseando-se na crença de seu valor como verdade ou bem inexorável. Neste trabalho, considera-se a generalização de relações de produção capitalistas como o principal marco do processo verificado no período, visto, pelos dois discursos aqui analisados, como única alternativa para o desenvolvimento nacional, ou, em outras palavras, visto como símbolo de modernidade; no terceiro passo, discute-se como tal se constrói de maneira subjetiva, ou seja, na luta político-ideológica e como esta propicia a hegemonia de determinada realidade, expressa por determinado discurso; no quarto e último momento, reinterpreta-se o concreto, de maneira a ver nele um novo *significante*, não do

processo “essencial e necessário“, mas da realidade em que se insere, atuando como ponto de condensação. Nas palavras de Foucault (1979), como momento de emergência. A Constituição de 1934 apresenta-se, portanto, como resultado de debates político-ideológicos, sendo fruto, nesse sentido, da fricção de diversos discursos ideológicos então existentes.

2. O CONCRETO

2.1. A CONSTITUIÇÃO DE 1934

2.1.1. Seus Contornos

Promulgada em 16 de julho de 1934 pelo então presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, após nove meses de trabalhos, a nova Constituição Federal constava de 187 artigos, divididos em 8 títulos e 26 disposições transitórias. Em relação à sua antecessora, a Constituição de 1891, suas principais mudanças foram:

[...] a) quanto à forma: 1) introdução do nome de Deus no preâmbulo; 2) incorporação ao texto de preceitos de direito civil, de direito social e de direito administrativo; 3) multiplicação dos títulos e capítulos, ficando a Constituição com mais do dobro de artigos que tinha a de 1891; b) quanto à substância: 1) reforço dos vínculos federais; 2) poderes independentes e coordenados entre si; 3) sufrágio feminino e voto secreto; 4) o Senado com funções de prover a coordenação dos poderes, manter a continuidade administrativa e velar a Constituição; 5) os ministros de Estado, com a responsabilidade pessoal e solidária com o Presidente da República e obrigados a comparecer ao Congresso para prestarem esclarecimentos ou pleitearem medidas legislativas; 6) a Justiça Militar e Eleitoral, como órgãos do Poder Judiciário; 7) o Ministério Público, o Tribunal de Contas e os Conselhos Técnicos, coordenados em Conselhos Gerais, assistindo os Ministros de Estado, como órgãos de cooperação nas atividades governamentais; 8) normas reguladoras da ordem econômica e social, da família, educação e cultura, dos funcionários públicos, da segurança nacional. (Bastos, 1987, p. 3)

Algumas dessas modificações, como o novo Código Eleitoral brasileiro, formularam-se antes da Constituinte, já durante o Governo Provisório. O texto, desse modo, incorpora o novo código, transformando-o em artigo constitucional. Além disso, segundo Marinho (1987), tornaram-se mais claras a regulamentação do sistema presidencialista, na medida em que aumenta as garantias protetoras da autonomia dos estados; eleva a responsabilidade dos ministros; e explicita mais detalhadamente a regulamentação das condições necessárias para decretação e execução do estado de sítio:

Restringiu o direito de propriedade, que não podia “ser exercido contra o interesse social ou coletivo” (art. 113, nº 17). Instituiu as primeiras normas conducentes ao regime de planificação, ao conferir à União a competência de estabelecer o plano nacional de viação férrea e o de estradas de rodagem, assim como o poder de traçar as diretrizes da educação nacional (art. 5º, IX e XIV e art. 150, a), e ao aludir genericamente, a “planos de solução dos problemas nacionais”, organizados pelo Senado Federal, “com a elaboração dos Conselhos Técnicos” (art. 91, V). Vedou a bitributação, prevalecendo o imposto decretado pela União, quando a competência fosse concorrente (art. 11). (Marinho, 1987, p. 45)

Com relação à Carta, notam-se os primeiros sinais de um “interesse nacional”, baseado numa idéia de desenvolvimento. Tal aparece sempre de maneira implícita, escondida naquilo que os artigos supõem:

[...] garantiu a liberdade econômica, dentro dos “limites” em que fossem observados “os princípios da justiça e as necessidades da vida nacional”, possibilitada “a todos existência digna” (art. 115). Facultou à União, por motivo de interesse público e mediante lei especial, o exercício do monopólio de “determinada indústria ou atividade econômica, asseguradas as indenizações devidas” (art. 116). Previu que a lei regularia “a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas-d’água ou outras fontes de energia hidráulica, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do país” (art. 119, § 4º). Prescreveu o reconhecimento dos sindicatos e das associações profissionais, “de conformidade com a lei “ (art. 120). (Marinho, 1987, p. 45)

Outro ponto importante diz respeito à nacionalização dos recursos naturais do país e a crescente correspondência entre Estado e nação: no texto, a União encarna o interesse público e a liberdade econômica é garantida na medida em que não se choca com as “necessidades da vida nacional”, características novas comparativamente à Constituição de 1891. Interessante, assim, é a passagem abaixo de Marinho (1987, p. 49): “A Constituição de 1934, ao lado do espírito democrático e liberal, no sentido contemporâneo de rigoroso respeito às prerrogativas individuais e de cidadania, sem privilégios geradores de desigualdades injustas, há de despertar a atenção [...] para o ‘sopro de socialização’ que nela penetrou [...]”. Já Bastos (1987, p. 4) afirma: “O matiz dominante dessa Constituição [a de 1934] é o caráter democrático com um certo colorido social. Procurou-se conciliar a democracia liberal com o socialismo, no domínio econômico-social; o federalismo com o unitarismo, no setor político; o presidencialismo com o parlamentarismo, na esfera governamental.”

Fica claro, então, o caráter diverso da Constituição de 1934, já que se verifica uma multiplicidade político-ideológica em seus elementos constituintes. Apresenta-se, assim, de maneira muito explícita, sua condição de fruto de um período de transição, no

qual as forças do antigo bloco de poder, antes hegemônico, desvanecem-se mediante a formação de uma contestação político-ideológica, claramente identificável entre as linhas da Carta Constitucional de 1934. Representa, portanto, o processo que marca o período do qual resulta. Eis aí, portanto, o primeiro sinal que permitirá desvendar seu *sentido histórico*.

2.1.2. Seu Momento

A partir da década de 1920, a estrutura econômica do país passa por uma série de importantes modificações que, efetivamente, expressarão a tônica do período analisado. O aumento da produção industrial, junto à queda relativa do setor exportador, aparecerá como o resultado concreto de um processo que vai muito além de análises quantitativas, tendo em vista a necessidade da interpretação histórico-econômica daquilo que, em princípio, emerge aos olhos de maneira nítida, mas sem conteúdo. Interpretar, nesse caso, representa analisar e significar, enfim, construir um sentido, sem nunca, evidentemente, esquecermos do aviso de Foucault (1979)¹. Sendo assim, trabalharemos neste capítulo com números para, mais adiante, transformá-los em *linguagem*.

Após a crise iniciada na década de 1920, cujo ápice encontra-se em 1929, verifica-se um ciclo de crescimento da produção industrial brasileira que vai de 1933 até o ano de 1939, juntamente com queda relativa do setor cafeeiro, seja no volume físico da produção, seja na pauta de exportações. Nesse sentido, para fins de análise, vale o quadro abaixo:

¹ “Os historiadores procuram, na medida do possível, apagar o que pode revelar, em seu saber, o lugar da onde eles olham, o momento em que eles estão, o partido que eles tomam – o incontrolável de sua paixão. O sentido histórico, tal como Nietzsche o entende, sabe que é perspectivo, e não recusa o sistema de sua própria injustiça” (Foucault, 1979, p. 30)

TABELA 1
BRASIL
ÍNDICES DO VOLUME FÍSICO DA PRODUÇÃO
1920 - 1939
BASE: 1939 = 100,0

ANO	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	PRODUTO FÍSICO
1920	57,8	34,7	47,4
1921	60,5	34,3	49,0
1922	60,3	39,7	50,5
1923	61,4	47,4	53,3
1924	63,5	39,6	52,9
1925	61,5	39,9	51,7
1926	63,7	39,5	53,1
1927	69,2	42,7	57,6
1928	82,1	46,1	67,0
1929	82,1	44,5	66,9
1930	82,9	42,4	66,4
1931	77,9	45,9	64,4
1932	83,3	46,0	67,9
1933	90,7	52,8	74,9
1934	94,8	59,6	80,0
1935	91,3	68,0	81,4
1936	99,8	77,8	90,4
1937	99,7	83,3	92,5
1938	103,4	88,8	96,9
1939	100,0	100,0	100,0

FONTE: Villela e Suzigan (1973, p. 431).

Na verdade, o aumento da produção industrial ocorre mesmo antes de 1933; no entanto, não de maneira continuada, tendo em vista as quedas existentes, por exemplo, em 1924 e 1926. Mostra, enfim, uma tendência cujo movimento se aprofunda a partir da década de 1930. Com relação às mudanças dentro dos ramos do setor industrial, constata-se um aumento significativo dos setores metal-mecânico e metalúrgico, além das indústrias químicas e farmacêuticas:

TABELA 2

BRASIL

MUDANÇAS ESTRUTURAIS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

1919 E 1939

(Em Percentagem do Valor Adicionado Total)

	1919	1939
Indústria de Transformação	100,0	100,0
Minerais não-Metálicos	5,7	5,2
Metalurgia	4,4	7,6
Mecânica	0,1	3,8
Material Elétrico e de Comunicações	0,0	1,2
Material de Transporte	2,1	0,6
Madeira	4,8	3,2
Mobiliário	2,1	2,1
Papel e Papelão	1,3	1,5
Borracha	0,1	0,7
Couros e Peles	1,9	1,7
Química (1)	1,7	
Produtos Farmacêuticos e Medicinais (2)	1,2	9,8 (1+2+3)
Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas (3)	0,7	
Têxtil	29,6	22,2
Vestuário e Calçados	8,7	4,9
Produtos Alimentares	20,6	24,2
Bebidas	5,6	4,4
Editorial e Gráfica	0,4	3,6
Diversas	3,5	1,0

FONTE: Villela e Suzigan (1973, p. 435).

Fica claro, desse modo, a queda da indústria têxtil, que perde a predominância na produção industrial para o setor de alimentos, este se transformando no principal ramo da acumulação industrial, juntamente com as indústrias anteriormente citadas.

Prosseguindo em nossa análise, vale agora uma demonstração da relação brasileira com o mercado mundial, em sua perspectiva comercial e financeira:

TABELA 3
BRASIL
BALANÇA COMERCIAL E DÍVIDA EXTERNA
1920 - 1939

ANOS	SALDO BALANÇA COMERCIAL (1.000 LIBRAS)	DÍVIDA EXTERNA (1.000 LIBRAS)		
		Novos Empréstimos	Pagamento	Saldo em Circulação
1920	- 6.023	-	10.065	151.354
1921	- 622	20.336	10.781	170.387
1922	17.708	17.717	11.297	186.396
1923	21.151	-	11.027	184.461
1924	24.235	-	10.278	182.702
1925	18.432	3.082	10.252	184.001
1926	14.378	29.246	15.078	211.474
1927	9.055	26.622	15.955	235.206
1928	6.757	25.293	18.696	255.988
1929	8.178	2.877	19.175	253.305
1930	12.127	20.000	21.642	267.173
1931	20.788	18.359	20.590	276.985
1932	14.886	-	16.663	269.449
1933	7.658	-	5.134	267.449
1934	9.773	-	6.968	285.040
1935	5.581	-	7.752	259.802
1936	9.003	-	7.863	253.657
1937	1.922	-	8.477	243.725
1938	29	-	-	243.725
1939	5.497	-	-	243.725

FONTE: Villela e Suzigan (1973, p. 451)

Verifica-se, nesse caso, a progressiva deterioração do saldo da balança comercial do país, assim como a sistemática elevação da dívida externa nacional. O primeiro salto da dívida ocorre em 1921 com a obtenção de empréstimos externos para a viabilização da chamada terceira valorização cafeeira. A partir daí, o quadro se deteriora, agravado pela política de valorização permanente. Tal tendência de aumento só será revertida no decorrer da década de 1930, após o fechamento do mercado internacional de capitais em consequência da crise de 1929. Com relação à dívida pública interna, tem-se:

TABELA 4
BRASIL
DÍVIDA PÚBLICA INTERNA DO GOVERNO FEDERAL
1920 - 1939

Cr\$ 1,00

ANOS	DÍVIDA PÚBLICA INTERNA
1920	106. 159
1921	72. 248
1922	80. 265
1923	76. 641
1924	157. 544
1925	150. 489
1926	166. 316
1927	189. 774
1928	163. 059
1929	169. 312
1930	166. 216
1931	129. 341
1932	250. 893
1933	561. 817
1934	317. 993
1935	253. 065
1936	330. 275
1937	335. 245
1938	996. 330
1939	922. 763

FONTE: Villela e Suzigan (1973, p. 422)

Verifica-se que a dívida pública interna também se eleva de maneira substancial, apesar de sua maior volatilidade se comparada à dívida externa. No entanto, diferentemente da anterior, verifica seu aumento principalmente a partir de 1930, quando, como referido anteriormente, retrai-se o mercado internacional de capitais.

Analisando-se a evolução dos valores referentes à renda nacional, encontra-se:

TABELA 5
BRASIL
PRODUTO REAL E RENDA REAL
1920 - 1939

Valores em Cr\$ Milhões de 1939.

ANO	PNB	RENDA NACIONAL REAL BRUTA	RENDA REAL POR HABITANTE (Cr\$/hab.)
1920	21,6	22,3	0,81
1921	22,3	22,3	0,80
1922	23,0	24,8	0,87
1923	24,3	27,6	0,95
1924	24,1	29,3	0,99
1925	23,6	29,0	0,96
1926	24,2	29,3	0,95
1927	26,3	30,7	0,97
1928	30,6	36,1	1,12
1929	30,5	36,1	1,10
1930	30,3	33,1	0,99
1931	29,4	32,2	0,94
1932	31,0	33,6	0,96
1933	34,2	36,4	1,02
1934	36,5	39,2	1,08
1935	37,1	38,1	1,03
1936	41,2	42,3	1,12
1937	42,2	43,5	1,12
1938	44,2	44,1	1,11
1939	45,6	45,6	1,13

FONTE: Villela e Suzigan (1973, p. 436)

Nota-se que a renda nacional real bruta aumentou sistematicamente a partir de 1920, experimentando quedas em apenas dois anos (1929 e 1930). No entanto, já em 1933, seus valores voltavam para patamares pré-crise. O comportamento do PNB e da renda real por habitante são muito semelhantes, este último porém demonstra uma reabilitação mais lenta, já que seu índice somente voltará para valores pré-crise em 1936.

Expusemos até aqui os indicadores das principais variáveis que apontam para uma mudança estrutural na década de 1930, mas ainda não exploramos o alcance de seu significado, nem, muito menos, analisamos o processo do qual fazem parte. Investigou-se o concreto, parte indispensável de qualquer análise dialética. Nos próximos capítulos, procuraremos reconstituir o movimento que lhe é inerente, construindo-o, assim, como símbolo de um momento histórico específico.

3. A TOTALIDADE: CONTEÚDO

O objetivo deste capítulo é reconstituir a tendência histórica do período analisado, entendida esta como movimento objetivo formado a partir dos elementos gerais do processo pelo qual o país passava, qual seja, o movimento de *transição capitalista*, implícito no conceito de Revolução Burguesa tratado por Fernandes (1975). Tanto o discurso liberal quanto o desenvolvimentista construíram-se dentro de seus marcos, tendo em vista que não propuseram nenhum padrão de sociabilidade alternativo, como o fez, por exemplo, o discurso socialista. Desse modo, tanto um como outro, nas respectivas realidades em que se inserem, vislumbravam, como perspectiva histórica, a constituição do capitalismo nacional.

A década de 1920 representa a crise do bloco de poder hegemônico em nível nacional durante a República Velha. O pacto de poder estabelecido, legitimado ideológica e politicamente pelo discurso liberal e pelos ganhos oriundos da acumulação cafeeira, começa a ruir com a crise do setor cafeeiro e pela incapacidade do discurso dominante de absorver as contestações ideológicas surgidas no período. A crise, em seus contornos econômicos, ideológicos e políticos, desemboca na então Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas, antes candidato derrotado à Presidência da República pela Aliança Liberal, chega ao poder através de um golpe de Estado. Tal episódio marca não apenas uma mudança jurídico-institucional em relação ao período anterior, mas também uma série de discontinuidades políticas, econômicas e ideológicas, da qual a Constituição de 1934 aparece como expressão, fruto de um novo momento histórico. Para entender esse processo, analisaremos a dinâmica econômica do período enfocado, seus dilemas e contradições, as quais exprimem uma tendência essencial, qual seja, o colapso da acumulação cafeeira e o impulso do movimento de industrialização nacional, ocorrido a partir 1933, e que, em linhas gerais, marca o desvanecer das condições concretas que possibilitaram a formação do bloco de poder hegemônico durante a República Velha.

Tem-se, desse modo, uma síntese do período: o movimento de industrialização nacional, caracterizado pela autonomia da acumulação industrial possibilitada

pelo desenvolvimento do setor de bens de capital, inicia-se no país na década de 1930, quando a defesa do café frente aos problemas de realização do capital cafeeiro, a desvalorização cambial e a ação do Governo Provisório propiciam a defesa do nível da renda nacional (Furtado, 2007; Mello, 1982; Aureliano, 1981), possibilitando o aumento da acumulação industrial, baseada na produção de bens-salário para o mercado interno, através da utilização da capacidade ociosa da indústria nacional (Mello, 1982; Aureliano, 1981). A partir daí, o capital industrial livra-se das amarras impostas pela acumulação cafeeira (Mello, 1982; Silva, 1976), dando veia a um ciclo de forte crescimento e expansão industrial que dura até 1939.

Sendo assim, a dinâmica econômica brasileira baseia-se, até 1933, nas contradições inerentes à acumulação cafeeira e, após essa data, sua problemática centra-se na possibilidade da industrialização nacional, o que, nos termos propostos por Mello (1982), configura-se no aprofundamento do processo de industrialização retardatária.

Nesse sentido, visando à consistência lógica da análise, propõe-se partir do abstrato ao concreto (Marx, 1978), isto é, iniciaremos com a investigação teórica do conceito e seguiremos ao longo de sua dinâmica e complexificação, para, a partir daí, dar conta dos fatos que levaram ao colapso da acumulação cafeeira e possibilitaram o início do processo de industrialização nacional.

3.1. PROBLEMÁTICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO RETARDATÁRIA

3.1.1. Industrialização

Em primeiro lugar: o que é industrialização? Nos termos propostos por Mello (1982) tem-se:

A industrialização capitalista, portanto, deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção, o que é impropriamente chamado de capitalismo industrial. (Mello, 1982, p. 97)

Assim entendida, a industrialização caracteriza-se como um processo de autodeterminação do capital, na medida em que liberta “a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital” (Mello, 1982, p. 98). Desse modo, a especificidade do conceito não se refere a quaisquer ganhos de produtividade possibilitado pelo aumento da maquinaria industrial, ângulo proposto pela visão cepalina, mas à diversificação de um setor que faz com que a acumulação se dê de forma autônoma e autodeterminada, qual seja, o de bens de capital. Nesse caso, livra-se de qualquer empecilho externo ao ciclo por ela mesmo imposta, além de caracterizar um movimento endogenamente determinado, já que a última não depende mais da procura externa para sua realização. A máquina, nesse caso, cuja introdução no processo produtivo aparece como resultado concreto da industrialização, torna-se símbolo deste movimento, porém não seu determinante. Já a produtividade representa não um estado de coisas, dada pela razão concreta entre capital e trabalho, mas, sendo fruto de uma relação dinâmica entre ambos, resulta do próprio movimento de aumento da dominação do último sobre o primeiro, processo do qual a industrialização faz parte.

Aprofundaremos, agora, o conceito, na medida em que analisemos aquilo que supõe.

Segundo Silva (1976):

[...] é necessário considerar a industrialização em si mesma (isto é, a industrialização enquanto progresso das forças produtivas) como um *processo social*, e mais precisamente como o aspecto técnico do desenvolvimento de relações de produção determinadas, como uma forma do desenvolvimento das forças produtivas adequada a relações de produção determinadas, no caso as relações de produção capitalistas. O que equivale dizer que é necessário considerar que o desenvolvimento das forças produtivas toma as formas adaptadas à reprodução das relações de produção dominantes. O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é *somente* desenvolvimento das forças produtivas; é também desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Em outras palavras, o reforço da dominação do capital sobre o trabalho. Os dois processos estão intimamente ligados, de modo que um não existe sem o outro. (Silva, 1976, p. 20)

Nesse contexto, a industrialização, como processo, significa muito mais do que uma revolução das bases técnicas de determinada sociedade. Relaciona-se conjuntamente a um movimento que reordena e re-significa todo o espaço social, material e ideológico, na medida em que resulta na diversificação da sociedade e na criação de novos símbolos que incentivam a construção ideológica. Segundo Fernandes (1975; 1968), esse processo refere-se

à inserção do país no chamado padrão de civilização ocidental, que, em termos concretos, forma, dentro das fronteiras nacionais, a ordem social competitiva (Fernandes, 1975), estabelecendo, no caso, o que Polanyi (2000) denominou de padrão de mercado. A industrialização apresenta-se, assim, como um aspecto dessa transformação, na medida em que constitui os moldes da generalidade de uma sociedade capitalista industrial. Desse modo, ela faz parte do processo de Revolução Burguesa brasileira (Fernandes, 1975), estabelecendo os contornos da “dominação do capital sobre o trabalho” (Silva, 1976, p. 20).

Cabe, enfim, indagar sobre o caráter específico da industrialização retardatária, ou seja, por que retardatária? Em que tal estado influencia o processo de constituição do capitalismo brasileiro? Retomando Mello (1982), tem-se que:

Não basta, no entanto, admitir que a industrialização latino-americana é capitalista. É necessário, também, convir que a industrialização capitalista na América Latina é **específica** e que sua especificidade está duplamente determinada: **por seu ponto de partida**, as economias exportadoras capitalistas nacionais, **e por seu momento**, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que chamamos retardatária. (Mello, 1982, p. 98)

Desse modo, a especificidade da industrialização brasileira apresenta-se na medida em que se constitui possível a partir das contradições inerentes à acumulação cafeeira, base da economia capitalista exportadora, e por ter seu desencadear no momento de generalização do capital monopolista em nível mundial. Resultam daí, no caso, os dilemas impostos a esse processo, como a necessidade de “gigantescas economias de escala, maciço volume do investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado internacional, pois que controlada pelas grandes empresas oligopolistas dos países industrializados” (Mello, 1982, p. 112). Nesse sentido, dado o grau de descontinuidade com o período anterior, compreende-se a importância assumida pelo Estado (Mello, 1982; Aureliano, 1981), já que aparece como único agente capaz de mobilizar o montante de recursos exigidos, formando, no contexto da época, elemento de síntese de um projeto nacional. A *intencionalidade* de que fala Fonseca (1999), representa claramente a existência de um plano que visa a necessidade do progresso industrial para o desenvolvimento da nação. Delimitam-se, assim, os contornos ideológicos do processo. A industrialização, nesse caso, constrói-se como fruto de um projeto político.

A maneira pela qual a sociedade organiza a vida de seus membros compreende uma escolha inicial entre alternativas históricas que são determinadas pelo nível de cultura material e intelectual herdado. A própria escolha antevê maneiras específicas de utilizar o homem e a natureza e rejeita outras maneiras. É um “projeto” de realização entre outros. Mas, assim que o projeto se torna operante nas instituições e relações básicas, tende a tornar-se exclusivo e a determinar o desenvolvimento da sociedade em seu todo. Como um universo tecnológico, a sociedade industrial desenvolvida é um projeto político, a fase mais atual da realização de um projeto histórico específico - a saber, a experiência, a transformação e a organização da natureza como o mero material de dominação. (Marcuse, 1967, P. 19)

Nesse sentido, de acordo com o anteriormente referido, a industrialização surge primeiramente como uma possibilidade, algo factível dada a conjuntura do período. O processo desencadeado na década de 1930, nesse caso, resulta invariavelmente de fatores que vão além da objetividade dos “ditames do capital”. Assim como a construção de determinada realidade depende dos olhos do respectivo espectador (Foucault, 1979), a industrialização precisava, necessariamente, ser viável ideologicamente antes de transformar-se em algo concreto. Uma ideologia não precisa ser logicamente construída, o que a faz portadora de uma série de contradições expressas de maneira concreta nas opiniões dos indivíduos que formam; no entanto, necessita - e esta é sua principal função - expressar a realidade, além de justificar as opções postas pelo real. A visão de um Brasil industrializado surge concomitantemente à crise da economia capitalista exportadora, portanto, antes mesmo do processo de industrialização ganhar impulso. É só a partir desse ponto que surge o processo objetivo, porque antes ele foi pensado, proposto, justificado e legitimado subjetivamente.

Sendo assim, apresenta-se o aspecto basilar desta análise: assim como a própria constituição do sujeito aparece como fruto de uma construção ideológica (Althusser, 1996) e sua identificação e reconhecimento são os primeiros passos para a “fundação” do “seu” mundo (Lacan, 1998), a industrialização como projeto só pode ser resultado da consciência de sujeitos ideologicamente construídos que se reconhecem também na necessidade de industrialização nacional. Desse modo, a industrialização apresenta-se como parte de um plano, qual seja, a formação do *Brasil moderno* (Fernandes, 1975; 1968). Reafirma-se, assim, o aspecto político do processo.

3.1.2. Acumulação Cafeeira e Capital Industrial: Dinâmica e Contradição

Em nossa história, o desenvolvimento da acumulação cafeeira guarda a contingência do capitalismo industrial. Nesse contexto, o último, durante todo o período compreendido entre o final do século XIX até 1933, estará atrelado ao primeiro:

A economia cafeeira capitalista cria, portanto, as condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria ao: 1) gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; 2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente, 3) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis. (Mello, 1982, p. 99)

Segundo Silva (1976):

O conhecimento da industrialização no Brasil, isto é, das formas particulares da industrialização no Brasil, deve estar, explícita ou implicitamente, apoiado na análise das relações entre o café e a indústria. E a análise correta dessas relações é impossível, se considerarmos café e indústria como elementos opostos. É indispensável reunir café e indústria como partes da acumulação de capital no Brasil; mais precisamente, como partes das novas formas de acumulação cuja formação encontra em suas origens na década de 1880 a 1890. (Silva, 1976, p. 81)

Nesse sentido, analisar as condições que possibilitaram a industrialização nacional representa, antes de tudo, compreender os ciclos da economia cafeeira e de que modo afetaram o setor industrial. Assim como possibilitou sua aparição, a acumulação cafeeira limitará seu ciclo, ora propiciando sua expansão, ora sua contração. O que vale, nesse sentido, é a dinâmica por trás desse processo, é a relação que o suporta. Partindo da contribuição de Hegel (1995), não nos importa aqui o tão aclamado “em última instância”, já que a determinação de algo sempre resulta em um esboço. Na análise dialética, o essencial é o próprio movimento (Kosik, 1985) e sua origem suspende-se (Fausto, 1987, p. 34)². A partir daí, “tudo o que é estável e sólido se desmancha no ar” (Marx, 2002). Analisando desse

² “(...) a dialética aparece, em primeiro lugar, como o discurso que ‘suprime’ o ato de fundar (entendendo por ‘fundar’ o movimento de uma fundação primeira). De fato, (...) a fundação (primeira) – está máquina de guerra da filosofia clássica – esta operação que, segundo o ideal cartesiano, deveria assegurar ao discurso um máximo de rigor e de *clareza*, se revela como conduzindo, na realidade, ao resultado contrário, longe de ser uma garantia do rigor do discurso, a fundação o ‘dissolve’ enquanto discurso rigoroso. (...) Por outro lado, se a dialética apareceu como o discurso que suprime a fundação (primeira), esta supressão (...), inserida no quadro do esquema totalizante, se apresenta como uma espécie de ‘*suspensão*’ do ato de fundar à espera do *transcurso do tempo* (...) É necessário que esse tempo transcorra para que se possa proceder à fundação. Assim, o ato de fundar é de certo modo ‘posto entre parênteses’, ‘posto fora de circuito’, em benefício (do transcorrer) do tempo”. (FAUSTO, 1987, p. 34.)

modo, as contradições da acumulação cafeeira possibilitaram a ascensão da acumulação industrial, do mesmo modo que no seio da economia colonial surge a primeira: “Penso que [...] há um modo de articulação contraditório entre as duas formas de capital, em que, se bem o **capital cafeeiro** dá nascimento e estimula a grande indústria, ao mesmo tempo impõe limites estritos à **acumulação industrial**” (Mello, 1982, p. 103)

Pormenorizando a exposição, o capital industrial depende de dois pontos da acumulação cafeeira: por um lado, é a última que gera a capacidade de importar necessária para o investimento industrial, dada a inexistência de um setor de bens de capital; por outro, necessita do mercado gerado pelo setor exportador para sua realização, tendo em vista a predominância do setor de bens-salário. Nesse sentido, a produção industrial existente no período permite a reprodução interna da força de trabalho (Mello, 1982; Tavares, 1986):

A acumulação de meios de produção e o consumo capitalista se financiam com a capacidade para importar gerada pelo próprio complexo exportador cafeeiro. Somente a demanda de alimentos e bens manufaturados de consumo assalariado, uma vez constituídos a agricultura mercantil de alimentos e o setor industrial, é atendida por produção interna, com o que se internaliza a reprodução da força de trabalho. (Mello, 1982, p. 105)

Fica evidente então a correlação positiva entre setor exportador e produção industrial. Apesar de sua não linearidade, contrária a visão de Dean (1976) e Nicol (1974), os dois setores possuem movimentos cíclicos conjuntos. O primeiro gera mercado para o segundo, já que a expansão dos cafezais aumenta o volume da força de trabalho empregada e a urbanização, consequência inevitável de um processo de generalização de relações de produção capitalista, cria uma série de outras atividades capaz de dar suporte a uma expansão do emprego, como, por exemplo, o aumento do setor de transportes, a diversificação do setor bancário e o comércio (Silva, 1976). Sendo assim, segundo Tavares (1986):

A indústria de bens de consumo assalariado, uma vez instalada, serve de suporte ao esquema de reprodução global do capital cafeeiro sob dois ângulos. O primeiro é o de garantir o custo de reprodução da mão-de-obra do complexo cafeeiro, mesmo nas etapas de declínio do ciclo do café, quando o poder de compra das exportações vem abaixo e diminui mais que proporcionalmente a capacidade para importar bens de consumo manufaturado. O segundo é o de manter a taxa de acumulação global, quando esta começa a cair, ao caírem os preços internos do café e ao desacelerar-se o ciclo de expansão na fronteira agrícola. (Tavares, 1986, p. 99)

A função do capital industrial, nesse caso, é específica: dar suporte à acumulação cafeeira, acentuando as expansões e suavizando os declínios.

Com relação ao caráter cíclico desta relação, segundo Mello (1982), existem dois momentos: no primeiro a taxa de acumulação cafeeira está abaixo da financeira, propiciando um aumento do investimento industrial, pois, mesmo com a rentabilidade cafeeira maior que a industrial, há capital monetário disponível para tais inversões; no segundo momento, dado o aumento de preços do café, eleva-se a taxa real de acumulação no setor exportador, o que, frente à impossibilidade de desmobilização do investimento industrial efetuado no período anterior, ocorre de acordo com a obtenção de financiamento estatal ou estrangeiro. Esta situação, na hipótese de queda do grau de proteção, dada pela valorização cambial resultante do aumento de divisas oriundas dos empréstimos externos, acentua a concorrência externa à indústria nacional:

O setor industrial então se defende da tendência ao declínio de sua taxa interna de rentabilidade acentuando a concorrência intercapitalista. Aceleram-se a concentração e a centralização do capital industrial, modernizando-se as empresas e aumentando suas escalas, à custa da liquidação das empresas marginais. Ainda que a taxa de acumulação global da indústria não suba e mesmo decline, a capacidade produtiva das empresas mais fortes se amplia e seus custos diretos de produção podem inclusive cair, devido à incorporação do progresso técnico que acompanha as importações de máquinas e equipamentos. (Mello, 1982, p. 107)

Com a queda dos preços decorrente da super-acumulação, a rentabilidade da indústria se recupera e ajuda a manter em níveis razoáveis a taxa de acumulação da economia. Com a crise, tanto o setor exportador quanto o industrial declinam, movimento este que, com o conseqüente aumento do grau de proteção à indústria, recupera, aos poucos, a produção industrial, na medida em que utiliza capacidade ociosa. Quando os preços internacionais do café voltam a crescer, recomeça o ciclo expansivo para ambos os setores:

Na depressão de preços externos do café, quando o Estado desvaloriza o câmbio, defendendo as margens de lucro da cafeicultura, essa mesma medida se traduz em modificações nos níveis relativos de preços externos e internos da produção industrial, aumentando-lhe a lucratividade. Torna-se assim atrativa a inversão de capitais na indústria, e a condição fundamental para que essa inversão seja intensa, será a da existência de uma capacidade para importar que tenha a suficiente “folga” para viabilizar as importações de bens de produção requeridos por essas novas inversões. (Mello, 1982, p. 124)

Mello (1982) identifica dois ciclos longos do café durante a República Velha: o primeiro vai de 1886 a 1918 e o segundo de 1919 a 1929. Trataremos aqui apenas do segundo.

3.1.3. Segundo Ciclo Longo do Café e Crise da Economia Cafeeira

A década de 1920 representou o início de uma nova fase expansiva do ciclo do setor exportador. Segundo Mello (1982), a produção média de café aumentou de 14,1 milhões de sacas no fim da década de 1910 para 18,2 milhões entre 1924/25 e 1928/29, chegando em 1930 a 24, 2 milhões de sacas, números recordes para o período.

Naturalmente, verificaram-se condições extremamente favoráveis de acumulação, a começar pela farta disponibilidade de terras férteis próprias ao café. Nenhum obstáculo surgiu, também, do lado da oferta da força de trabalho. A economia cafeeira teve diante de si boa parte do incremento vegetativo da população ativa dos Estados cafeeiros; e foi beneficiada, além disto, tanto pelas migrações internas, que parecem ter-se acelerado, quanto pela imigração estrangeira, que já em 1920 começa a se recuperar da queda sofrida durante a Primeira Guerra Mundial. (Mello, 1982, p. 157)

Com relação aos preços, logo após o *boom* representado pelo fim da guerra resultante da retomada do comércio internacional e o conseqüente aumento dos preços internacionais, houve uma queda do poder de compras das exportações, influenciada em grande parte por políticas restritivas dos países centrais que, buscando diminuir as pressões inflacionárias existentes, recuaram seus níveis de atividade econômica (Fristch, 1992; Aureliano, 1981). Em vista disso, no período que compreende 1919 a 1923, dada a baixa capacidade de importar, a acumulação cafeeira apóia-se, inevitavelmente, na agricultura mercantil e na produção industrial para a reprodução da força de trabalho (Mello, 1982; Aureliano, 1981).

Segundo Fritsch (1992, p. 46), tal situação foi seguida de uma queda acentuada da taxa de câmbio, em vista, principalmente da “[...] aceleração tardia do volume de importações estimulada pelo boom e pela apreciação cambial anteriores, provocando súbita reversão da balança comercial em meados de 1920, o que, além de ter efeito fortemente recessivo, causaria grande depreciação cambial a partir do segundo semestre desse ano”. Nesse cenário, tornou-se inevitável a deterioração da posição orçamentária do governo federal, já que a maior parte de sua receita (50%) vinha das tarifas sobre produtos importados. Segundo Villela e Suzigan (1973), o período de 1919 a 1922 registrou os maiores déficits do governo até então. As receitas diminuían, como referido anteriormente, resultado da desvalorização cambial, enquanto os gastos continuaram elevados, devido aos investimentos

estatais, principalmente na formação bruta de capital fixo e pela necessidade de consolidação de empréstimos externos, efetuados majoritariamente nas operações valorizadoras. Em vista disso, no período seguinte, de 1923 a 1926, ocorreu uma forte contração dos gastos, levando a uma diminuição drástica dos déficits governamentais. No entanto, somente em 1928 se conseguirá um superávit fiscal (Villela e Suzigan, 1973).

Com relação à política monetária, a crise demonstrou a necessidade de fortalecimento e diversificação do setor bancário. A inexistência de um prestador de última instância diminuía a flexibilidade do sistema, tendo em vista que os bancos eram obrigados a operar com quase 50% de reservas em moeda corrente (Villela e Suzigan, 1973). Desse modo, durante toda a década operam-se diversas modificações no sistema monetário, na tentativa de remodelá-lo e capacitá-lo para as dificuldades do período: cria-se, em 1922, a Carteira de Redescontos e Emissão do Banco do Brasil que se propunha a dar flexibilidade ao sistema (Villela e Suzigan, 1973; Fristch, 1992). Em vista do fracasso da medida, extingui-se em 1923, quando foi dado ao Banco do Brasil o monopólio sobre emissões de moeda (Villela e Suzigan, 1973).

As despesas do Governo Federal passaram a ser financiadas pelo Banco do Brasil. Em cada orçamento, o Governo Federal especificaria um crédito no Banco do Brasil de ar 24% da receita orçamentária federal, o que seria pago no decorrer do ano orçamentário. O monopólio de emissão, à semelhança das demais reformas monetárias levadas a cabo no Brasil, teve curta duração. Em 1925, cessaram suas atividades emissoras. (Villela e Suzigan, 1973, p. 154)

Em 1926 cria-se a Caixa de Estabilização, numa tentativa de se voltar ao sistema do padrão-ouro, na qual a moeda em circulação era conversível em ouro a 200 miligramas por mil réis: “[...] a Caixa de Estabilização foi bem sucedida no seu objetivo de causar um impacto inicial através de pequena depreciação e subsequente estabilização. Foi grande o influxo de divisas atraído até a crise no setor cafeeiro em 1929 - 10 milhões de libras esterlinas para a Carteira Cambial do Banco do Brasil e 20 milhões para a Caixa.” (Villela e Suzigan, 1973, p. 155)

Apresenta-se, assim, em linhas gerais, a conjuntura onde ocorre a chamada Terceira Valorização:

As perspectivas, em 1921, não eram nada animadoras, tanto por causa da elevada safra esperada, como da tão aguda quanto rápida crise atravessada pela economia

norte-americana. Novamente, o remédio encontrado foi “valorizar” o café. Recolheram-se 4.500.000 sacas, mediante empréstimo tomado à Carteira de Redescuento do Banco do Brasil, depois consolidado, juntamente a outros empréstimos menores, mediante o Empréstimos de Garantia do Café, concedido pelos Rotschild por Schoroeder e Baring Brothers, em 1922. A Terceira Valorização, e ainda as safras nada excepcionais de 1921/22 e 1922/23, aliadas à retomada do crescimento da economia norte-americana, em 1922, conseguiram deter a baixa ainda que muito relativamente, e ainda promoveram a ligeira recuperação dos preços internacionais, em 1922 e 1923. Os preços internos, no entanto, sobem substancialmente de 1921 a 1923, devido à profunda desvalorização da taxa de câmbio, que passa de 16,5 para 44,3 mil réis por libra. (Mello, 1982, p. 159)

A partir daí, abre-se a possibilidade de uma defesa permanente do café, destinada a manter o preço do produto em níveis elevados. Para isso, enquanto essa função encontra-se nas mãos do governo federal, constroem-se armazéns reguladores, na tentativa de conter o volume de oferta no mercado mundial (Mello, 1982). No entanto, em 1924, o controle da operação passa para as mãos do estado de São Paulo, que cria o Instituto de Café, responsável pela regulação da entrada do produto no porto de Santos, pela concessão de empréstimos sob o café retido e pela criação de um fundo para a defesa permanente, este constituído com empréstimos externos (Fristch, 1992).

A estrutura montada funcionou relativamente bem entre 1925 a 1927, quando o Instituto estabeleceu cotas mensais para a oferta do produto, retendo o excedente através de financiamento do Banco do Estado de São Paulo (Mello, 1982). No entanto, devido a forte safra de 1927/28, a operação realizou-se mediante o empréstimo concedido pelo Lazard Brothers (Mello, 1982; Aureliano, 1981), naquela que ficou conhecida como “Valorização de Rolim Teles” (Mello, 1982, p. 161). O resultado foram bom níveis para os preços internacionais do produto até 1929. Na época, a Caixa de Estabilização evitou uma forte valorização cambial, possibilitada pela melhora do poder de compra das exportações e o aumento do volume transacionado.

Neste ponto, impõe-se uma questão relevante: a dinâmica econômica posta durante a República Velha, esmiuçada nos parágrafos acima, representa, em seu conteúdo e sua forma, um dilema montado a partir da posição da economia nacional no comércio mundial, do esquema de acumulação interna e do arranjo político construído na época (Silva, 1976). Como assim? A procura externa ainda delimitava os limites da acumulação cafeeira, o que realça o papel das exportações dentro da geração do nível de renda nacional. Nesse sentido, a taxa de câmbio transforma-se em ponto de torque: dependendo do seu comportamento aumenta-se ou não o nível das exportações. No entanto, dentro do arranjo

político do período, o governo federal obteve, como principal fonte de receita, os impostos sobre as importações, que, como se sabe, também tem seu nível influenciado pela taxa de câmbio e varia inversamente às exportações. Nesse sentido, forma-se um impasse: de um lado a acumulação cafeeira e sua importância para o desempenho econômico nacional, do outro a receita federal e sua significativa participação no investimento nacional e a necessidade de financiamento das operações valorizadoras. Sendo assim, fica explícito o descompasso de tal estrutura: a dependência comercial e financeira com o exterior teve como contrapartida o aumento da dívida externa (Silva, 1976), levada a cabo na defesa do café.

Vale, agora, duas passagens de Silva (1976):

Durante um certo tempo, a grande burguesia cafeeira enfrenta esse “desequilíbrio externo” através da desvalorização constante da moeda brasileira. Essa política entretanto agrava ainda mais o problema da dívida externa, de modo que, em 1898, é necessário apelar para uma operação de *funding-loan*. Para pagar o *funding-loan*, o governo federal é obrigado a adotar uma política de austeridade financeira, diminuir as suas despesas e aumentar as suas receitas, isto é, aumentar os impostos. Ora, as exportações não podem ser taxadas pelo governo sem colocar em questão o equilíbrio político das próprias classes dominantes e, em particular, a posição hegemônica da grande burguesia cafeeira. [...] Assim, em razão da lógica da acumulação determinada pela posição subordinada da economia brasileira no seio da economia mundial, o governo é levado a aumentar as taxas sobre as importações. (Silva, 1976, p. 105)

A política fiscal adotada a partir do *funding-loan* torna-se [...] um dos instrumentos fundamentais da política econômica brasileira. Essa política fiscal torna-se o eixo em relação ao qual a burguesia industrial nascente deve definir-se, porque ela implica uma certa distribuição do consumo interno entre produção nacional e importações. (Silva, 1976, p. 106)

Apesar de Silva (1976) não considerar a taxação às importações como uma política deliberadamente protecionista, admite que tal cenário, para a indústria nascente, possibilitou efeitos positivos, na medida que encarecia os produtos importados. Nesse sentido, reproduzimos Cano (1977):

Para que os investimentos canalizados para a indústria, adquiram importância maior, é condição necessária a existência de um protecionismo tarifário que ampare aquelas indústrias que não contam “naturalmente” com condições de competição com os produtos similares importados, sem o que, essas poupanças seriam alocadas em outros compartimentos com rentabilidade mais certa. Como por exemplo, os títulos da dívida pública, estradas de ferro, etc. (Cano, 1977, p. 123)

Sobre esse ponto, discorre ainda Mello (1982):

Entre 1919 e 1923, não é difícil entender que há estreita solidariedade “direita” entre a expansão cafeeira e as políticas monetárias expansionistas, em boa parte resultantes das políticas de defesa, ou entre a expansão cafeeira e a política cambial. O que queremos sublinhar, porém, é que o estímulo decorrente da política econômica (monetária, cambial e de gasto público) sobre o setor industrial e a agricultura mercantil de alimentos não conflitou com a acumulação cafeeira, sem ao, mesmo, que a sancionou, ao ajudar a garantir a reprodução do capital variável cafeeiro, sem promover qualquer efeito perverso sobre as margens de lucro do complexo exportador. (Mello, 1982, p. 162)

Desse modo, evidencia-se a problemática do período: a acumulação cafeeira, tendo em vista a estrutura fiscal e monetária montada, levará, invariavelmente, além do aumento da produção industrial, ou a uma elevação sistemática da dívida externa, ou a bancarrota do complexo cafeeiro. Nesse sentido, a crise de 1929 surge mais como um fator acelerador do colapso do sistema cafeeiro, do que como sua causa. Delimita-se, assim, os traços essenciais da crise da década de 1920. E é nessa contradição que se desenvolve o setor industrial:

É essa contradição que se manifesta no chamado desequilíbrio externo. Através do desequilíbrio externo, a reprodução do capital impõe transformações necessárias à acumulação: o nascimento da indústria e a conseqüente elevação da produtividade tão importante para a expansão do excedente e o prosseguimento da acumulação. Assim, através da constante solução e recolocação do desequilíbrio externo, o capitalismo brasileiro segue seu caminho, escondendo no palheiro das atribuições financeiras a contradições que explica o seu próprio desenvolvimento. (Silva, 1976, p. 109)

Compreende-se, depois do exposto, que a década de 1920 tenha trazido, junto com a crise da economia cafeeira, o aumento e diversificação do setor industrial:

Em suma: o desenvolvimento industrial dos anos 20 salienta-se, simultaneamente, por uma profunda modernização da indústria de bens de consumo assalariado e pela diferenciação da estrutura industrial, com a pequena indústria de aço ganhando forças e com a indústria de cimento se implantando. Ambos os fatos teriam enorme importância quando a economia brasileira se recuperasse dos efeitos da crise de 29. (Mello, 1982, p. 166)

Fica evidente, então, que, como afirmado anteriormente, o desenvolvimento industrial brasileiro encontra-se intrinsecamente ligado à acumulação cafeeira. Não de maneira linear, como defendem Dean (1976) e Nicol (1974), mas de modo que o desenvolvimento da primeira ocorre nos interstícios expostos pelas contradições dinâmicas da segunda.

Assim, voltando aos fatos e pormenorizando o anteriormente exposto, de acordo Fritsch (1992), a terceira valorização obteve o êxito esperado, atenuando, desse modo, as conseqüências internas da crise internacional. O desequilíbrio externo foi atenuado com forte desvalorização cambial, o que, em contrapartida, aumentou o déficit do governo:

Finalmente, ao isolar a economia do impacto deflacionário, da queda dos preços internacionais, o colapso cambial protegeu de perdas substanciais de renda exportadores e indústrias competitivas com importações, e explica por que o Brasil experimentou queda de preços domésticos muito mais suave do que os países centrais durante a recessão. (Fritsch, 1992, p. 51)

No entanto, ainda segundo o autor, o novo governo empossado, o de Arthur Bernardes, herdava “um balanço de pagamentos vulnerável e crônica crise fiscal que atingira gravemente a capacidade de financiamento do Banco do Brasil” (Fritsch, 1992, p. 51). Nesse sentido, dois programas tornavam-se centrais para o governo: a realização de uma reforma monetária que transformasse o Banco do Brasil em banco central e dar início à política de defesa permanente do café (Fritsch, 1922; Aureliano, 1981):

Finalmente, o programa de governo contemplava drástica redução do déficit público, com cortes do gasto em formação de capital cumprindo importante papel no ajuste a curto prazo. Havia, entretanto, que resolver os problemas criados pelo esgotamento da capacidade de financiamento do déficit público, uma vez que as medidas de ajuste adotadas levariam tempo para reduzir o desequilíbrio a proporções gerenciáveis. (Fritsch, 1992, p. 51)

Desse modo, logo no início do governo optou-se por políticas fiscal e monetária restritivas, na tentativa de reduzir o déficit público e a desvalorização cambial. No entanto, a necessidade de intervir no mercado de café obrigou o governo a flexibilizar suas metas monetárias, usando, para tanto, a nova instrumentalização concedida ao Banco do Brasil. Nesse sentido, apesar do sucesso na recuperação dos preços do café, perdeu-se o controle sobre a política monetária e houve forte desvalorização cambial, só controlada após um empréstimo concedido por banqueiros ingleses (Fritsch, 1992).

Em 1924, implementa-se um choque monetário e, paralelamente, o governo federal passa para as mãos do estado de São Paulo o controle da política de valorização, que cria o Instituto do Café (Mello, 1982; Aureliano, 1981). Esse cenário causa severa queda na produção industrial, uma apreciação cambial de cerca de 40% e uma queda do nível de preços, em 1926, de 10% (Fritsch, 1992).

Em 1927, sobe ao poder Washington Luís, propondo uma reforma monetária numa tentativa de volta ao padrão-ouro. Cria-se, então, a Caixa de Estabilização “que teria a atribuição precípua de emitir notas conversíveis à vista contra depósitos em ouro nela feitos em novo par” (Fristch, 1992, p. 57):

Em primeiro lugar, respondia aos anseios imediatos dos produtores domésticos tanto em relação às tendências à apreciação cambial quanto ao futuro da política monetária [...] Em segundo lugar, após as recentes experiências inflacionárias da Carteira de Redesconto e da Carteira de Emissão do Banco do Brasil, a reintrodução de um mecanismo “automático”, isto é, não discricionário, de controle da oferta de moeda e que impusesse disciplina fiscal contava tanto com o apoio amplamente majoritário da opinião politicamente relevante no Brasil quanto com o dos credores externos [...] (Fristch, 1992, p. 57)

Tal tentativa de retorno ao padrão-ouro marca uma descontinuidade na condução da política monetária e cambial, já que se apresenta, dada a conjuntura da época de retomada do comércio exterior, uma expansão monetária e de uma desvalorização cambial, devido, principalmente, às pressões impostas pelo setor industrial, duramente atingido pelas políticas restritivas do período anterior (Fristch, 1992).

A valorização cafeeira, agora sob responsabilidade do governo de São Paulo, prosseguiu após a contração de um novo empréstimo inglês por parte do Banco do Estado, com funções de prover os fundos das operações (Fristch, 1992):

A consolidação financeira da valorização paulista teve impacto extremamente favorável sobre os preços e, juntamente com a mudança de política monetária e cambial, permitiria rápida superação da estagnação que caracterizava o biênio anterior, já no primeiro ano do Governo Washington Luís. A grande onda de investimentos estrangeiros reiniciada em 1926 mais do que compensou a redução do saldo em conta corrente, e o elevado superávit no balanço de pagamentos induziu rápida expansão das emissões da Caixa até meados em 1928. (Fristch, 1992, p. 58)

Houve, portanto, uma recuperação das taxas de crescimento da economia nacional nos anos 1927-28, sustentada, basicamente, pelo aumento do comércio internacional e elevação dos fluxos financeiros do exterior (Fristch, 1992). No entanto, segundo o autor:

Como a experiência de antes da guerra havia demonstrado, dada a instabilidade dos fluxos financeiros à periferia, normalmente variando em sincronia com os preços internacionais de produtos primários, a adoção do padrão ouro em ciclos de endividamento externo aumentava a vulnerabilidade do equilíbrio macroeconômico doméstico. Isto porque, como as condições favoráveis de balanço de pagamentos que induziram a adoção do padrão ouro podiam reverter-se abruptamente, a perda de reservas automaticamente submeteria a economia a violentas pressões deflacionárias. (Fristch, 1992, p. 58)

Tornam-se evidente, nesse contexto, os riscos de se manter o sistema de padrão-ouro numa economia onde a própria dinâmica que encarna, leva, invariavelmente, a uma elevação sistemática da dívida externa (Silva, 1976). Nesse sentido, a condição de possibilidade apresenta-se como uma situação externa extremamente favorável, tanto em relação ao saldo comercial quanto ao fluxo de capitais. Não foi o que aconteceu no final da década de 1920.

A balança comercial já atravessava sérios problemas em 1928, o que levou a um retorno à políticas de crédito restritivas. Segundo Fristch (1992, p. 60), juntamente com a diminuição do fluxo de capitais estrangeiros, houve “a estagnação das exportações num contexto de crescimento acelerado das importações, induzido pela recuperação dos níveis de atividade e investimentos domésticos”, o que levou a uma rápida deterioração do saldo comercial. Sendo assim, ocorre uma queda nas emissões da Caixa de Estabilização, o que, paralelamente a uma política monetária ortodoxa por parte do Banco do Brasil, provoca um surto deflacionista, impactando negativamente no produto real e na produção industrial (Fristch, 1992).

Em relação ao café, há uma safra recorde em 1929, aumentando as pressões sobre o Instituto que esperava, na tentativa de manter o programa de valorização, a obtenção de um empréstimo externo (Fristch, 1992; Aureliano, 1981). No entanto:

[...] foi a progressiva deterioração das condições de crédito em Londres no terceiro trimestre de 1929, que bloqueou definitivamente a alternativa de obtenção de financiamento externo pelo Instituto no futuro previsível. As autoridades responsáveis pela defesa ainda tentaram desesperadamente obter do Banco do Brasil os recursos indispensáveis ao menos para as compras necessárias à manutenção dos preços em Santos, visando evitar as conseqüências desastrosas de um colapso de preços, mesmo ao custo de deslocar todo o peso da defesa para os ombros dos cafeicultores. O governo federal, entretanto, já enfrentando o acirramento da campanha contra a Aliança Liberal define como prioritária a manutenção da estabilidade cambial e a conclusão do programa de reforma monetária, permanecendo inarredável de sua dupla posição de recusar-se a autorizar o Banco do Brasil a prover os enormes requisitos de financiamento da defesa e recomendar o aumento das vendas. (Fristch, 1992, p 61)

Ainda segundo o autor, no início de outubro cessam os recursos do Instituto e começa o colapso dos preços do produto, causando a *débâcle* do setor externo. Mesmo em tal cenário, o governo ainda tentava, até sua queda em outubro de 1930, manter o padrão monetário na crença da possibilidade de um grande empréstimo estrangeiro (Fristch, 1992).

Nas palavras de Mello (1982):

A partir de outubro de 1929, começa a ruir o sistema de defesa posto em prática pelo Instituto Paulista do Café. E se esboroa não somente porque a demanda estivesse desfalecida, mas, também, porque o Governo Federal decidira abandonar o café a sua própria sorte. Washington Luiz, preocupado em salvar a Caixa de Estabilização, passara de ardoroso defensor da ação do Instituto a intransigente crédulo dos mecanismos de mercado. (Mello, 1982, p. 168)

Apresentam-se, assim, os contornos da crise da acumulação cafeeira.

3.1.4. Desencadear do Processo de Industrialização Restringida

Há um consenso na historiografia econômica acerca da descontinuidade que marca, no desenvolvimento econômico nacional, a década de 1930. Seguindo a linha de interpretação deste trabalho, onde as transformações apresentam-se como um processo, trataremos agora do conceito e do início do movimento de industrialização restringida (Mello, 1982):

Penso que em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho, e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção [...]. (Mello, 1982, p. 110)

Nesse sentido, durante esta fase, o crescimento industrial brasileiro se concentra no setor de bens-salário, ou, em outras palavras, nos setores responsáveis pela reprodução da força de trabalho. Segundo Mello (1982) e Tavares (1986), isto não significa que não ocorra nenhum desenvolvimento do setor de bens de produção, porém, dada sua magnitude, não é capaz de autodeterminar o ciclo de acumulação industrial. Segundo Tavares (1986):

Neste período de industrialização, pela primeira vez na história da economia brasileira, combinam-se dois fatores contraditórios que permitem identificar uma nova dinâmica de crescimento. O primeiro é que o processo de expansão industrial comanda o movimento de acumulação de capital, em que o segmento urbano da

renda é o determinante principal das condições de demanda efetiva, vale dizer da realização dos lucros. O segundo resulta de que o desenvolvimento das forças produtivas e os suportes internos da acumulação urbana são insuficientes para implantar a grande indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. Assim, a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a “autodeterminação” do processo de desenvolvimento. (Tavares, 1986, p. 103)

Desse modo, nas palavras de Mello (1982):

[...] a capacidade para importar continua a impor à taxa de acumulação industrial um limite em última instância, ainda que as restrições, dentro do padrão de acumulação, possam ser vencidas sucessivamente, com a contínua diferenciação da indústria leve de bens de produção e da indústria de bens de consumo promovidas à sombra de um forte grau de proteção. (Mello, 1982, p. 111)

O processo acima exposto, apesar de iniciar-se em 1933, tem seu prelúdio já na década de 1920, quando verifica-se uma diversificação do setor industrial, atingindo, inclusive, a produção de aço (Mello, 1992; Aureliano, 1981). No entanto, em vista disso, o que marca a descontinuidade imposta a partir de 1933? Por que, a partir desse ano, a indústria assume o centro dinâmico da economia (Furtado, 2007)?

Segundo Mello (1982), Tavares (1986) e Furtado (2007), foi a ação governamental que propiciou a mudança estrutural. Apesar do instrumental analítico diferente dos dois primeiros em relação ao último, ambos frisam a importância da defesa da renda interna promovida pelo Governo Provisório logo a partir de 1930, usando, para tanto, a compra do excedente do café e os gastos governamentais verificados no início da década:

O Governo Provisório, após as tímidas providências da Gestão Whitaker, decidiu criar o Conselho Nacional de Café, que, através da compra e destruição de estoques, se encarregaria da política de sustentação. Cumprindo seus objetivos, o Conselho Nacional do Café comprou café no montante de quase 30% da receita de exportação em 1931 e 1932, destruindo 14,4 milhões de sacas entre maio de 1931 e fevereiro de 1933. Das despesas, 65% foram financiadas com impostos, e o restante com créditos do Banco do Brasil e do Tesouro Nacional (Mello, 1982, p. 172)

A política de compra do café excedente adotada pelo governo possibilitou a defesa do nível de renda, já que, segundo Mello (1982): diminuiu a pressão sobre a oferta, reduzindo, desse modo, a queda dos preços internacionais do produto; e permitiu que as desvalorizações cambiais aliviasses a queda dos preços internos, consistindo, assim, em um

mecanismo de defesa, que, nas palavras de Furtado (2007, p. 266), acarretava em “socialização dos prejuízos”:

O impacto expansionista das compras financiadas pelos créditos do Tesouro e do Banco do Brasil [...] não deve ser encarado apenas por sua participação relativa. Ao contrário, para evitar sérios equívocos, é preciso não perder de vista que a política de defesa é representada, conjuntamente, pela sustentação dos preços externos, pelas desvalorizações cambiais e pelos efeitos antidepressivos das compras financiadas por créditos. (Mello, 1982, p. 173)

Além disso, outro elemento representou papel crucial para a retomada a partir de 1933: os gastos governamentais. Estes tiveram seu volume aumentado, principalmente em 1930 e 1932, causados, basicamente, pela Revolução de 1930, pela Revolta Constitucionalista de 1932 e pelas grandes secas no Nordeste, ocorridas no mesmo ano (Villela e Suzigan, 1973; Mello, 1982).

Essas medidas, adotadas no início de 1930 e levadas a cabo por quase toda a década, possibilitaram a defesa do nível de renda interna, o que, tendo em vista a proteção à indústria promovida pela desvalorização cambial, aprofundou o processo de internalização da reprodução da força de trabalho, beneficiando, assim, os setores de bens de consumo, ou bens-salário. Nesse sentido, segundo Furtado (2007), tal cenário possibilitou um mercado cativo para a indústria nacional, aumentando sua produção a custo da capacidade ociosa já instalada. A partir daí, tem-se, então, que a acumulação de capital passou a assentar-se, principalmente, na produção industrial, dando início a uma forte expansão da economia brasileira que irá durar até 1939.

Sendo assim, frisa-se nesse momento: o desenvolvimento econômico brasileiro, durante os primeiros três decênios do século XX, caracteriza-se por um traço essencial, qual seja, a dinâmica da acumulação cafeeira. A produção industrial surge, nesse contexto, nos interstícios abertos pelas contradições intrínsecas à tal movimento (Silva, 1976). No entanto, nota-se claramente, pela análise acima exposta, que o início do processo de industrialização nacional contou, como elemento de rara importância, com a ação governamental (Mello, 1982). Nesse sentido, reafirma-se o dito anteriormente: a industrialização brasileira aparece antes como uma possibilidade, não como fruto inexorável e inescapável do processo histórico. A acumulação cafeeira abre as portas à industrialização do país, mas não a define; demarca seus contornos, suas possíveis formas, porém seu conteúdo,

na medida que um processo com vários significantes, não se constrói antes de 1933. Havia, assim, outras tantas alternativas, e é nesse sentido que a descontinuidade verificada ganha em importância. A industrialização, enfim, tem suas bases construídas no desenvolvimento econômico oriundo da República Velha, porém, seu desencadear marca, invariavelmente, uma ruptura. A Constituição de 1934 aparece como fruto desse contexto.

4. A TOTALIDADE: FORMA

4.1. O DISCURSO POLÍTICO-IDEOLÓGICO

Partiremos, nessa etapa, do trabalho de Laclau (1979) e a análise ideológica que empreende acerca do populismo e do fascismo. O objetivo aqui é analisar de que modo se formam os relatos sobre o período e como seus elementos constituintes aparecem já na Constituição de 1934. Tenta-se, desse modo, localizar a gênese do Estado desenvolvimentista brasileiro, pois, não sendo fruto de uma epifania sofrida por alguns poucos visionários, seu *sentido* encontra-se em muitos elementos existentes na época, marcando, no caso, uma descontinuidade e, de certo modo, uma ruptura com o período anterior.

A relação entre sujeito e objeto já foi alvo de muitas polêmicas ao longo do desenvolvimento da filosofia da ciência e, ainda hoje, apresenta-se como um debate central na pesquisa científica (ver Fonseca, 2003b). Em nosso caso, acreditamos que separação de ambos só aparece em procedimentos didáticos e em nossas mentes cartesianas. Não existem um sujeito e um objeto puros, dados *a priori* de qualquer outra situação ou experiência. O mundo apresenta-se como linguagem e sua disposição não é alheia àquele que observa. Desse modo, expandiremos o pedido de Bourdier (2000) pela construção do objeto até as agruras em que se encontram os elementos formadores dos indivíduos concretos. Sendo assim, partimos da tese de Althusser (1996, p. 131), onde afirma que: “*A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos*”.

Dizemos que a categoria do sujeito é constitutiva de qualquer ideologia, mas, ao mesmo tempo e imediatamente, acrescentamos que a *categoria do sujeito só é constitutiva de qualquer ideologia na medida em que toda a ideologia tem a função (que a define) de ‘constituir’ indivíduos concretos como sujeitos*. É nesse jogo de dupla constituição que toda ideologia funciona, não sendo a ideologia mais que seu funcionamento nas formas materiais de existência desse funcionamento. (Althusser, 1996, p. 132)

Nesse sentido, tem-se que a criação do sujeito é a criação do sujeito ideológico. A ideologia interpela os indivíduos, criando sujeitos, protagonistas; funda, enfim,

uma postura perante o mundo e o cenário onde as ações humanas se intercalam. "Ei, você!" grita a ideologia. O sujeito vira e responde. Ele se reconhece. Constitui, nesse caso, sua própria concretude. "Sim, eu!" num átimo. A fundação do sujeito aparece como o surgimento de sua própria problemática, da construção subjetiva da realidade, da interpretação. A ideologia tira-nos da estrutura. Explica-nos o mundo. Justifica nossos erros, nossos acertos, o que comemos e a maneira como vivemos. Surge, assim, uma moral. Formam-se verdades e "Verdades". A ideologia, por fim, justifica a reflexão, a consciência que temos de nós mesmos.

Nesse contexto, a análise ideológica aparece como o estudo dos próprios sujeitos e do modo como dispunham e “fundaram” determinada realidade. Ela, no nosso caso, é uma construção humana, efetuada por homens e mulheres que constroem o processo histórico. Em consequência, o sujeito ideologicamente constituído, sendo sua testemunha ocular, gera um discurso, um relato sobre o período em que vive. É esse discurso, esse relato, essa versão sobre os fatos que forma o conteúdo da análise histórica: “Os indivíduos [...] são transformados pela ideologia em *sujeitos*, ou seja, vivem sua relação com suas condições reais de existência como se eles próprios constituíssem o *princípio autônomo* de determinação daquela relação. O mecanismo dessa inversão característica é a interpelação.” (Laclau, 1979, p. 106)

Desse modo, firmam-se dois pontos: primeiro, a ideologia, em seu aspecto concreto, em sua forma e conteúdo e em sua conotação política, só existe ao nível do discurso; segundo, “[...] *o que constitui o princípio unificador de um discurso ideológico é o ‘sujeito’ interpelado e assim constituído a partir desse discurso.*” (Laclau, 1979, p. 107)

Sendo assim, as várias interpelações constituintes de determinado discurso condensam-se no sujeito ideológico. É ele que encarna a justificativa de “seu” mundo, na medida em que se faz homem, cidadão, trabalhador ou capitalista, arquiteto, economista ou engenheiro, crente ou ateu. Dessa forma, os “eus” que a ideologia constrói desenvolvem-se e articulam-se entre si num processo de *condensação*, etapa necessária para a formação de qualquer ideologia, quando uma interpelação específica aparece como símbolo de várias outras:

Condensação é o termo empregado para definir este processo de fusão. A expressão é exata na medida em que se aceite seu sentido literal. Em psicanálise - de onde o

termo provém - entende-se por condensação o processo pelo qual “uma representação única representa ela própria uma série de cadeias associativas, em cuja interseção se situa. Do ponto de vista econômico ela é, então, investida de energias que, conectadas a essas diferentes cadeias, somam-se a ela...” (Laclau, 1979, p. 99)

Surge, então, a noção de *signo*, paralela à *representação* psicanalítica. Uma interpelação, quando constituinte de determinada ideologia, faz parte, invariavelmente, de uma série associativa onde estão várias outras. Nesse contexto, torna-se *signo* não apenas do sujeito que interpela, mas também da ideologia que constrói. Implicitamente, trabalha-se aqui com o conceito de complexo, onde uma representação liga-se a uma cadeia de outras representações e torna-se um de seus símbolos. Em um corpo ideológico acontece da mesma maneira. Assim como as representações ligam-se através do afeto, as interpelações vinculam-se uma às outras através do corpo ideológico do qual fazem parte. Uma ideologia, nesse sentido, não precisa ter, necessariamente, consistência lógica. O importante é que seus elementos possuam forte unidade ideológica, o que se expressa através da fusão resultante do processo de condensação.

Em síntese: uma ideologia constrói-se na medida em que supõe um sujeito concreto, constituído através das várias interpelações que a constituem e que, numa cadeia associativa, tornam-se signos do discurso ideológico de que fazem parte. Uma ideologia, enfim, na medida que constitui um *sujeito*, supõe um *projeto*, o que revela a face *política* do sujeito ideológico.

4.2. FORMAÇÃO E HEGEMONIA DO DISCURSO LIBERAL

Ao longo da República Velha, o liberalismo transformou-se no principal princípio articulatório do discurso ideológico e político da oligarquia rural brasileira (Laclau, 1979). É em torno dele que se forma o Estado nacional, caráter demonstrado pelos moldes da Constituição de 1891.

A análise do período requer uma profunda atenção: olhar o desenvolvimento do processo e detectar seus movimentos essenciais, apesar de necessário, neste trabalho não é suficiente. Importa também o estudo dos elementos de ruptura, ou seja, dos pontos onde o

debate ideológico e político se faz de maneira mais acirrada, demonstrando a superfície de atrito entre os vários relatos do período. Tais pontos mostram-se de singular relevância, tendo em vista a condensação que possibilitam. Geralmente, ao seu redor, constroem-se amplas frentes político-ideológicas, que, dando veia a transformações mais profundas na sociedade em que tal ocorre, podem traduzir-se ou em aprofundamento de determinado processo, destacando, nesse caso, elementos de continuidade, ou em ruptura com o período anterior, explicitando, assim, pontos de descontinuidade:

A emergência é portanto a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude. O que Nietzsche chama *Entstehungsherd* do conceito de bom não é exatamente nem a energia dos fortes nem a reação dos fracos; mas sim esta cena onde eles distribuem uns frente aos outros, uns acima dos outros; é o espaço que os divide e se abre entre eles, o vazio através do qual eles trocam suas ameaças e suas palavras. (Foucault, 1979, p. 24)

Partimos aqui da tese de doutorado de Backes (2004), onde reinterpreta o pacto de Campos Sales e seu resultado, qual seja, a chamada política dos governadores. Sua tese principal: o período caracterizou-se não apenas por articulações regionais ao nível político-ideológico, mas também por projetos e articulações nacionais. Nesse sentido, defende que o pacto não representou a institucionalização de algo que já ocorria, porém que, antes disso, inaugurou uma fase em que a esfera estadual será o principal palco das disputas e que, sendo assim, gerou os atores políticos legítimos a nível nacional.

Nessa etapa do trabalho, tenta-se esmiuçar o argumento acima, detalhá-lo em suas partes constituintes. Porém, em que sentido? O pacto não apenas institucionaliza um novo campo de disputa, mas propicia a formação de um novo elemento básico do embate político-ideológico: constrói-se, a partir dele, um *sujeito regionalizado*: o “nós” apresentado não se constitui enquanto cafeicultores ou capitalistas, oligarcas ou fazendeiros, mas se fará de outro modo: “nós” enquanto paulistas, gaúchos ou mineiros. E o “outro”, parte constituinte de qualquer discurso, se apresentará da mesma maneira. Sendo assim, já se pode adiantar a principal descontinuidade ideológica do período pós-1930: a chegada de Vargas ao poder, possibilitada pela Revolução de 1930, inaugura o período de formação, ao nível político-ideológico, de um novo sujeito, base para a constituição dos discursos que a partir daí virão, qual seja, o *sujeito nacional*: “nós” enquanto brasileiros. A concretização desse discurso dar-se-á mediante o fortalecimento do poder central em detrimento das esferas estaduais e pela construção de novas relações jurídico-institucionais capazes de dar suporte ao

projeto implícito nesse sujeito. Este processo, portanto, marca a gênese do Estado desenvolvimentista brasileiro, tendo em vista que este representa a instrumentalização de determinada “visão de mundo”. É o discurso desenvolvimentista, junto às transformações econômicas e políticas verificadas no país a partir de 1930, que cria a realidade onde essa nova estrutura estatal possui, efetivamente, um *sentido*.

Logo após o 15 de novembro forma-se uma ampla frente em torno do governo de Deodoro da Fonseca, logo desfeita pela cisão entre este e os chamados “republicanos históricos”, com forte influência positivista, vindos, principalmente, do Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Essa cisão e os conflitos dela advindos resultaram no golpe que colocou Floriano Peixoto na Presidência da República, inaugurando um período de forte centralização do poder e de intervenção nos Estados, propaladas, ao nível da retórica, por um forte apelo nacionalista e patriótico (Backes, 2004).

Não é à toa, enfim, o “carinhoso” apelido dado a Floriano: Marechal de Ferro. Em torno do presidente, forma-se uma ampla coalizão constituída tanto pelos “históricos”, quanto pelos republicanos paulistas, que, juntos, iniciam as tratativas para a construção de um partido nacional: o Partido Republicano Federal (PRF). Há, desde esse momento, uma progressiva coesão política por parte dos republicanos de São Paulo, que, diferentemente dos de outros estados (como os do Rio Grande do Sul), conseguem, aos poucos, absorver as disputas estaduais num discurso articulado próprio, viabilizando, assim, a constituição de um bloco de poder ao nível estadual (Backes, 2004):

Aqui parece ter havido diferenças de estratégia entre republicanos de diferentes estados: os positivistas gaúchos, por exemplo, se isolaram num partido “puro”, procurando demarcar uma homogeneidade ideológica; já os modernizadores paulistas atraíram as outras forças para seu partido, numa grande frente. Talvez a diferença se deva a que os republicanos paulistas tinham naquele momento condições de procurar a hegemonia no país - mas, para isto, estabeleceram primeiro a união do estado (assim como Getúlio Vargas, o qual, antes de partir para “amarrar os cavalos no obelisco” em 1930, construiu a união do Rio Grande, superando antigas divergências). (Backes, 2004, p. 67)

Nesse sentido, a construção ideológica firma a hegemonia dos cafeicultores paulistas que, ao longo da década, apesar da inicial influência positivista, articula-se, ao nível ideológico, cada vez mais em torno do liberalismo. Após o pacto, quando o central passa ser o combate à crise econômica do final da década (Backes, 2004), esse processo se aprofunda. O importante aqui é demonstrar que, se houve a coesão política de São Paulo, principalmente a

partir do início do século, essa só pôde ser efetivamente construída a partir de sua legitimação ideológica. Esse movimento apresenta-se como aspecto característico de formação da hegemonia de determinada classe ou grupo sobre uma sociedade (Gramsci, 1978). Desse modo, constitui-se um discurso capaz de absorver as possíveis contestações político-ideológicas ao bloco de poder dominante. No caso paulista, após o pacto, partiu-se de um ponto comum e institucionalizado no jogo político da época, qual seja, apresenta-se como base do discurso ideológico um sujeito regionalizado: *não “nós” enquanto cafeicultores, mas “nós” enquanto paulistas.*

Tal construção se processa durante o fim do século XIX e início do XX. Segundo Backes (2004), em nível nacional, os republicanos paulistas da década de 1890, alinhavam-se com aqueles de outros estados:

No nível nacional, contudo, os republicanos paulistas se aproximam dos demais republicanos históricos nos momentos decisivos. No Governo Provisório, haviam se aproximado dos militares florianistas, lançando candidato comum para a Presidência da República (Prudente de Moraes). Na política econômica, uniram-se aos positivistas para resistir à política monetária proposta por Deodoro, resistência esta que levou ao fechamento do Congresso. O contra-golpe de Floriano recebeu seu apoio decidido. Primeiro, sustentaram sua “legalidade” contra os deodoristas que questionavam a permanência do Vice no cargo, pressionando para a realização de novas eleições. Os republicanos paulistas defenderam o Marechal, na Câmara e no Senado [...] (Backes, 2004, p. 67)

Um exemplo disso, é o primeiro momento de ruptura e condensação da década de 1890: os debates sobre a política econômica posta em prática pelo Encilhamento de Rui Barbosa. No episódio, constroem-se duas frentes político-ideológicas que versam sobre o programa: uma a favor, ligada ao grupo deodorista; e outra contrária, liderada pelos republicanos históricos de vários estados (Backes, 2004)

No momento, tendo em vista a congruência de opiniões entre os “históricos”, facilitados pela forte influência positivista e seu lema do orçamento equilibrado (Fonseca, 1989) - unindo, assim, liberais e positivistas - a oposição ao programa foi sistemática, o que leva, como resposta, à dissolução do Congresso por Deodoro da Fonseca (Backes, 2004):

Um dos principais campos de conflito é a política econômica, incessantemente criticada pela maioria dos velhos republicanos. Os enfrentamentos nessa área terminam em golpe, quando o Congresso rejeita o Plano econômica de Lucena, e é

dissolvido. Analisando essa votação, observa-se que, dos históricos e positivistas que pudemos identificar, nenhum votou em Deodoro. (Backes, 2004, p. 62)

Em seguida ocorre o contra-golpe de Floriano Peixoto, sustentado politicamente pelo grupo dos “históricos”:

Se não encontrarmos na literatura uma base segura para afirmar que o golpe de Floriano foi liderado pelos republicanos históricos, é muito claro contudo que são eles que irão dar sustentação política ao governo, tão logo os desafios se apresentem. Forma-se ao redor do Marechal de Alagoas uma frente que reúne os republicanos mais organizados do tempo da propaganda (os de São Paulo, do Distrito Federal, do Rio de Janeiro e , por fim, os do Rio Grande do Sul), os positivistas e a maioria dos deputados militares. (Backes, 2004, p. 65)

Nesse sentido, a política econômica de Rui aparece como ponto de ruptura do movimento iniciado em 1889. Na medida em que incitou o debate político-ideológico acerca do papel do Estado e discussões sobre o orçamento público, possibilitou a formação de uma frente composta pelo grupo dos republicanos “históricos”, tendo em vista a defesa do orçamento equilibrado e contra a política emissionista do ministro baiano. Nesse sentido, apresenta-se também como ponto de condensação. Reúne, em torno do elemento orçamentário, vários estados, além de liberais e positivistas, criando um elemento de congruência ideológica. Desse modo, tal aspecto, após esse fato, ganha em valor simbólico. O posterior fechamento do Congresso pelo então presidente representa o estopim para o golpe de Floriano que, sustentado politicamente por essa frente, marca a descontinuidade com o período anterior. Nesse sentido, esse momento configura-se numa ruptura, já que possibilita o acirramento da disputa político-ideológica, e num movimento de condensação, na medida em que serve como ponto de apoio para a constituição de uma nova frente político-ideológica no período. Tal fica evidente pela união dos “históricos” em torno do marechal de Alagoas e ao apoio e sustentação política que propiciam. Tem-se, desse modo, o PRF como fruto dessa conjuntura: “Os grupos históricos construíram uma união em torno “da República”, expressa nos vários conflitos armados e no Congresso, e procuraram consolidar esta união em um partido nacional, o PRF, fundado em 1893.” (Backes, 2004, p. 71)

No entanto, com a eleição de Prudente de Moraes para a Presidência da República em fins de 1894, ocorre uma cisão entre os “históricos”, divididos entre florianistas e aqueles que defendem Prudente. Segundo Backes (2004, p. 94): “Separam-se nitidamente dois grupos opostos: num extremo, o que assume o nome de ‘concentrados’, o grupo dos

florianistas; no outro, o que se auto-intitulará de ‘republicano’, incluindo os prudentistas, ex-deodoristas e monarquistas”.

Ainda segundo a autora, tal cisão se dá por discordâncias claramente ideológicas, tendo em vista que “o grupo dos ‘concentrados’ reúne a maior parte dos parlamentares que defenderam as posições intervencionistas e nacionalistas nos debates do Congresso” (Backes, 2004, p. 94).

Pode-se afirmar, nesse ponto, que o principal elemento simbólico que aparece como área de atrito político-ideológico no período considerado é o nacionalismo:

O ponto que mais facilmente pode ser relacionado com a polarização dos grupos durante o governo Prudente é o nacionalismo: a pesquisa empírica sugere que o ponto central a galvanizar a definição dos grupos foi o comportamento a adotar quanto às intervenções estrangeiras e, especialmente, quanto à inserção do país na ordem internacional. (Backes, 2004, p. 97)

O cenário acima exposto, dificulta a construção para uma saída para crise iniciada em 1891. A tentativa de obtenção de um grande empréstimo junto aos Rothschild, tendo em vista o serviço da dívida externa e a diminuição das pressões sobre a taxa de câmbio (Franco, 1992, p. 25), foi seguida de um pedido de reformas nas leis orçamentárias. Em um Congresso polarizado, com o nacionalismo ganhando em valor simbólico, tais ajustes tornam-se inviáveis politicamente:

Em janeiro de 1895, os banqueiros colocam “entre amigos”, ou seja, sem o recurso a um lançamento público, letras do Tesouro no valor de 2 milhões de libras, a vencer em 9, 12 e 15 meses, mas o governo brasileiro continua insistindo em um grande empréstimo. Em uma longa carta de 25 de janeiro, os banqueiros começam a explicitar o que em nossos dias recebe o nome de condicionalidade: “seria impossível para nós tentar colocar um grande empréstimo brasileiro, exceto se medidas forem tomadas ao mesmo tempo para se elevar as receitas e reduzir as despesas do Brasil”. (Franco, 1992, p. 25)

Assim, segundo Backes (2004, p. 99): “[...] é só com o Pacto de Campos Sales que é superada a polarização do Legislativo. O novo presidente paulista procura direcionar o país para um lugar privilegiado na distribuição do fluxo internacional de capitais. Porém, para isto, é necessário conter e isolar o patriotismo radical.”

Em síntese: existe um claro movimento de articulações nacionais durante a primeira década da República. Esboçam-se, nesse sentido, dois projetos nacionais: um, defendido pelos chamados florianistas ou “concentrados”, mais vinculados ao intervencionismo e à uma postura nacionalista; e outro que reúne os “republicanos”, que, segundo Backes (2004), de acordo com votações nominais do Congresso, acabam vinculando-se a uma maior defesa do livre-mercado. Desse modo, apresentam-se, durante esse período, o início de articulações entre elementos que, mais tarde, formarão os principais discursos ideológicos da época. Importante aqui é notar dois aspectos: a aproximação, no período, da maior parte dos republicanos paulistas aos elementos do futuro discurso liberal que, no final do século XIX, apresenta-se muito claramente como a necessidade de combate à crise econômica (Backes, 2004); a dinâmica político-ideológica vincula-se tanto às similitudes ou congruência de projetos nacionais quanto à construção de frentes político-ideológicas que se condensam em momentos de ruptura ou emergência (Foucault, 1979). Constituem-se, no segundo caso, aliados circunstanciais, porém, do mesmo modo, aliados.

O trabalho até aqui discorreu sobre o prelúdio em que se baseou a tentativa de Campos Sales de construir maioria em um Congresso polarizado, concretizado no pacto que leva seu nome. A partir de agora, analisaremos o pacto e seu respaldo ideológico, na medida em que cria, segundo este trabalho, um sujeito regional como base dos discursos ideológicos da época, principalmente em sua articulação liberal. De acordo com que estadualiza os conflitos político-ideológicos e regionaliza a criação dos atores políticos nacionais, a principal interpelação aí constituída se faz na medida em que o “*nós*” apresentado se dá mediante seu caráter regional: “*nós*” *enquanto paulistas, gaúchos ou mineiros*. Sendo assim, na medida em que assumimos a tese de Backes (2004) de que o pacto institucionaliza esse novo cenário de disputa, seu estudo torna-se parte relevante da investigação empreendida.

4.2.1. Pacto de Campos Sales e Construção do Sujeito Regional

A vitória de Campos Sales para a Presidência da República em 1898, marca uma clara polarização do Congresso Nacional e uma forte cisão do PRF. Nesse sentido, a problemática principal do início do governo apresenta-se como a necessidade de construção

de uma maioria no Congresso, capaz de constituir um apoio firme do Legislativo para as reformas que Sales pretendia empreender: “O objetivo central dos republicanos paulistas será reerguer as finanças e reconquistar a credibilidade internacional. Necessitam para isto de apoio do Congresso, para aprovar orçamentos rígidos, mudanças nas leis financeiras e aumentos de impostos.” (Backes, 2004, p. 103)

Percebe-se nitidamente uma pressão internacional para um funcionamento da economia brasileira segundo padrões “confiáveis” [...] Essa questão terá grande importância na construção do pacto de consolidação da República: Campos Sales precisa mostrar que pode cumprir com as exigências dos credores internacionais, especialmente deve provar que controla o Congresso Nacional, tendo capacidade de implementar determinadas mudanças. (Backes, 2004, p. 106)

Percebe-se que, a partir desse ponto, há um deslocamento do elemento simbólico central das discussões ideológicas do período, já que o principal passa a ser o combate à crise econômica (Backes, 2004) e o nacionalismo perde em significância. Tal inflexão se constrói juntamente com uma maior articulação e generalização, em nível nacional, dos elementos formadores do discurso liberal e a uma retração daqueles que davam corpo ao discurso positivista.

Com relação à polarização do Congresso, segundo Backes (2004), resolve-se com a chamada reforma do regimento, encarnando a mudança institucional que consubstancia o pacto:

Essa reforma envolvia dois pontos: a) uma mudança no critério de escolha do Presidente das Sessões Preparatórias [...] b) uma alteração no critério de reconhecimento dos diplomas - passam a ser reconhecidos apenas os candidatos com as assinaturas das mesas oficiais de recolhimento dos votos, isto é, aquelas compostas por indicação dos governadores. Estes dois pontos assentaram os fundamentos da política dos governadores: o controle sobre o reconhecimento dos diplomas permanece na mão da maioria que controlava a Câmara na legislatura anterior, mas esta se compromete a respeitar o poder dos governadores da indicação dos eleitos. (Backes, 2004, p. 110)

Portanto, com o intuito de regular a dinâmica entre Executivo e Legislativo, Campos Sales estadualiza a geração dos atores legítimos ao nível nacional (Backes, 2004), comprometidos com a política posta em prática pelo Presidente da República. Em troca, este promete a não intervenção nos estados. Tem-se, desse modo, que a formação dos atores políticos nacionais se dá, a partir desse momento, ao nível estadual. Ideologicamente, forma-se, enfim, um *sujeito regional*, contrastando, claramente, com o elemento nacional vinculado

ao florianismo antes dominante. O debate se apresentará, a partir desse momento, entre “estados”: “*eu*” enquanto *gaúcho*, “ *você*” enquanto *paulista*. Gera-se, assim, novos parâmetros para a luta político-ideológica. Tal estrutura subsistirá até a década de 1930.

Ao nível ideológico, além do *sujeito regional*, segundo Backes (2004), a partir do pacto, o debate centra-se no combate à crise do final da década e na defesa da austeridade fiscal:

O momento era de grande desgaste das propostas industrialistas e protecionistas, após a crise do Encilhamento; estas eram associadas à inflação e à manutenção de privilégios; vistas, enfim, como medidas que oneravam a Nação [...] Após o atentado e a derrota de Canudos, os militares nacionalistas estão enfraquecidos [...] (Backes, 2004, p. 166)

Nesse sentido, há um movimento de condensação dos elementos formadores do discurso liberal. O pacto e a conjuntura histórica na qual foi formado, propiciam tal momento, na medida em que associam e vinculam defesa do orçamento equilibrado, necessidade de combate à crise, crítica às políticas emissionistas e às propostas industrializantes (sem, porém, definir-se como agrarista ou metalista, o que ocorre é a crítica a toda política capaz de por em cheque as finanças públicas), as duas últimas, segundo o trecho acima, bastante desgastadas no período analisado, tendo em vista o “trauma” do Encilhamento. No entanto, a principal interpelação do discurso liberal do período, será, invariavelmente, o sujeito regional constituído pelo pacto. Além disso, dado o valor simbólico encarnado pelo equilíbrio orçamentário, as políticas públicas estarão, a partir de então, subordinadas ao equilíbrio fiscal.

Em síntese: formam-se, assim, as bases do discurso liberal: um sujeito regional, em contraste ao nacionalismo antes reinante; e a defesa da austeridade fiscal, que, após a crise imposta pela política emissionista de Rui Barbosa, estará no topo das prioridades da política econômica. Fica claro, pela exposição acima, a força da conjuntura na construção político-ideológica. Este é o contorno do antes citado campo da possibilidade.

É evidente, no entanto, a possibilidade de se encontrar indivíduos que misturem tais interpelações (ver por exemplo Backes, 2004, p. 175). Nem todo defensor da austeridade fiscal apresenta-se como agrarista, nem mesmo um papalista torna-se, inevitavelmente, defensor da indústria. Porém, essa flexibilidade apenas evidencia a principal

característica necessária a todo discurso político-ideológico que se pretende, um dia, hegemônico: a capacidade de absorver as contestações político-ideológicas dentro do bloco de poder dominante.

O discurso liberal, em síntese, tem, nesse sentido, duas interpelações basilares: a constituição de um sujeito regional e a defesa da austeridade fiscal. Toda a interpelação que ponha em cheque as duas primeiras, será, inevitavelmente, combatida. Dentro dessa conjuntura, encontrar um papelista defensor da vocação agrária do país não é, em nenhuma medida, uma aberração (ver Fonseca, 2004, p. 241)

4.2.2. Ideologia, Acumulação Cafeeira e Pacto de Poder: a República Velha como Realidade

O anteriormente exposto forma os contornos do período da história brasileira conhecido como República Velha. No capítulo anterior, esmiuçou-se sua dinâmica econômica, desembocando, a partir da década de 1930, no movimento de industrialização nacional. Agora, vislumbra-se a formação do pacto de poder, institucionalizado a partir de Campos Sales, gerando novas bases para a luta político-ideológica, calcada, então, nas regras do jogo construído a partir da formação e generalização do discurso liberal. Tem-se, assim, a realidade constituída a partir de então. O discurso liberal não apenas legitima a estrutura montada, mas também contribui para as condições para seu desenvolvimento. Nesse contexto, não se evidencia nenhuma “última instância”. Assim como não existe acumulação cafeeira sem hegemonia liberal, também o discurso dominante não possui sentido fora do arcabouço político-econômico montado. Desse modo, o sentido histórico do período pode ser detectado na medida em que cria as condições necessárias para que as contradições econômicas, políticas e ideológicas, inerentes ao seu desenvolvimento, resolvam-se dentro do sistema específico sob o qual baseia sua sociabilidade. A partir daí, de acordo com a interpretação aqui formulada, funda-se uma realidade chamada República Velha.

4.3. DÉCADA DE 1920 E CRISE DO BLOCO DE PODER: CONTESTAÇÕES À HEGEMONIA LIBERAL

A década de 1920 representa a crise do bloco de poder hegemônico até então. Como referido no capítulo anterior, as dificuldades encontradas pela acumulação cafeeira, resultando na necessidade de um programa de valorização permanente dos preços do café, ocasiona, inevitavelmente, dada a estrutura fiscal existente na época, a deterioração sistemática das finanças públicas (ver seção 3.1.3). Nesse sentido, evidencia-se o aprofundamento da contradição apenas suposta durante os anos anteriores: o prosseguimento da acumulação cafeeira choca-se com o próprio discurso que criou, no período, as condições para seu movimento. A valorização permanente corrói um dos pilares do discurso liberal, qual seja, a necessidade de um orçamento equilibrado. Inevitavelmente, deteriora-se o arranjo político-ideológico vigente até o momento:

Ficava claro [...] que o pacto político que assegurava a hegemonia das oligarquias mais importantes começava a balançar na década de 1920. O intervencionismo para garantir os preços do café no mercado internacional aprofundava-se e executava-se cada vez com maior frequência. A convicção de que o café sustentava o Brasil transformava-se em seu oposto: a economia cafeeira “socializava os prejuízos”, era a voz corrente [...] (Fonseca, 1999, p. 119)

Caracteriza-se, assim, um processo gradual de deslegitimação do pacto de poder existente, no qual a acumulação cafeeira aparece como face econômica. Nesse sentido, o discurso liberal perde, sistematicamente, a capacidade, antes referida, de absorver, dentro de seu arcabouço, as contestações político-ideológicas surgidas na época, tendo em vista que a própria estrutura por ele referendada torna-se insustentável segundo seus próprios parâmetros.

Dessa forma, constrói-se um terreno fértil para o acirramento das disputas políticas em âmbito nacional. Segundo Fonseca (1999):

A década de 1920 foi rica em movimentos políticos de contestação ao situacionismo, com inúmeros fatos sintomáticos da crise da hegemonia cafeeira paulista. Em 1922, aparecem duas candidaturas para a disputa presidencial: Arthur Bernardes, mineiro, candidato oficial, e Nilo Peçanha, carioca, apoiado pelo PRR. A falta de consenso levou a uma eleição disputada (assim denominavam-se as eleições em que, não sendo possível um consenso *a priori*, havia realmente disputa, ilustrando uma das faces oligárquicas do sistema político), embora a prática política vigente e a sistemática de eleição, sem voto secreto e justiça eleitoral, pouca chance dessem à oposição. Artur Bernardes vitorioso, governou todo seu quadriênio (1922 - 26) com

estádio de sítio, ou seja, com as garantias constitucionais clássicas suspensas. A eleição mostrou uma divisão séria entre as oligarquias estaduais [...] (Fonseca, 1999, p. 119)

Tal cisão apresenta-se como fruto não apenas da crise da acumulação cafeeira e do conseqüente programa de valorização permanente, incapaz de ser levado à cabo pelo governo federal sem deteriorar a base ideológica do bloco de poder dominante, mas também como resultado de uma crise político-ideológica que re-significa o momento histórico vivido. O relato liberal já não consegue justificar a premência do café sobre outros produtos nacionais. A crescente deterioração fiscal do período (ver seção 3.1.3.) explicita uma causação diferente da defendida em anos anteriores: o café não mais sustenta o Brasil; pelo contrário, a deterioração político-ideológica gera uma outra versão para os fatos: é o país que sustenta a acumulação cafeeira. Tendo isso em vista, compreende-se a luta dos demais estados para a obtenção de vantagens em suas respectivas produções. Abre-se, assim, um tempo de concessões:

Na Câmara dos Deputados, foram aprovadas várias emendas com o objetivo de transformar a defesa do café em defesa permanente da produção nacional, abrangendo a borracha, o cacau, o algodão, o fumo, o açúcar, o mate, obedecidas as especificidades de cada produto. No Senado, os gaúchos lograram que se limitassem as importações de charque, não obstante os protestos de um senador alagoano contra a proteção a uma mercadoria vendida pelo, Rio Grande do Sul por preços superiores à similar uruguaia ou argentina. Por fim, o Decreto n.º 4548, de 19 de junho de 1922, autorizou o governo federal a promover o incremento e defesa da produção agrícola e pastoril, por meio de medidas de emergência e a criação de institutos permanentes. (Fausto, 1975, p. 237)

O dilema imposto resolve-se, em parte, com Arthur Bernardes. Em 1924, o presidente decide passar para as mãos do estado de São Paulo o programa de valorização, tendo em vista a má situação fiscal do governo federal. Segundo Fausto (1975, p. 237): “Bernardes enfrentou uma conjuntura difícil, combinando a repressão aos seus adversários no plano político, com uma reviravolta no plano econômico-financeiro. Dentre suas preocupações centrais, encontravam-se os pagamentos da dívida externa que se elevariam com a retomada da amortização, vinculada ao segundo *Funding Loan*, a partir de 1927.”

Dessa forma, o proposto surge quase como uma crítica: explicita-se que, dentro da estrutura política, econômica e ideológica representada até o momento pela República Velha, não era possível continuar com a valorização sem “quebrar” o governo federal. Nesse ponto, surge uma questão importante: afirma-se aqui que o discurso liberal

aparece como base ideológica da hegemonia do bloco de poder em cujo centro encontravam-se os cafeicultores paulistas. Nesse sentido, a defesa da realidade construída a partir desse relato apresenta-se como imprescindível para a manutenção do pacto político representado pela República Velha. Por que, então, tamanha contradição? Por que as articulações de tal discurso não se deram sobre interpelações mais vantajosas para os interesses da cafeicultura paulista? A partir desse ponto fica claro porque “a política econômica do Pacto” torna-se “mais do simples defesa do café” (Backes, 2004, p. 169). Entende-se que a legitimidade ideológica do período sustenta-se na medida em que a política econômica não se choca com as articulações constituintes do discurso liberal, tendo em vista sua relevância basilar para a manutenção do bloco de poder. Nessa medida, dada a conjuntura econômica, política e ideológica do final da década de 1890, quando se formam as articulações características do liberalismo brasileiro, estas apresentam-se como as bases **possíveis** para a constituição do bloco de poder hegemônico, o que não significa, necessariamente, as melhores articulações para a defesa dos interesses específicos da cafeicultura paulista. Apesar disso, o que se pretende claro nesse ponto, é que a defesa do orçamento equilibrado apresenta-se como a defesa ideológica do bloco de poder dominante, em cujo centro, como referido anteriormente, encontram-se os cafeicultores paulistas. Nesse contexto, há uma mudança no sujeito ideológico constituído: a defesa da austeridade fiscal relaciona-se, historicamente, aos cafeicultores, tendo em vista sua centralidade na dominação ideológica, no entanto, não como tais, mas, sobretudo, como liberais. Sendo assim, a polêmica acima referida e que tanto debate causou na literatura econômica, dissipa-se. Esquece-se frequentemente que, além de cafeicultores, paulistas e fazendeiros, apresentavam-se, em sua grande maioria, como liberais. Dessa forma, constrói-se o consenso, não em torno dos interesses declarados da cafeicultura ou dos paulistas, porém ao redor dos já citados princípios liberais. A dominação de classe se desvanece; restam apenas sujeitos ideologicamente constituídos que formam sua realidade na crença de sua plena autonomia individual.

A partir da década de 1920, quando se evidencia de maneira clara a contradição entre o relato liberal e a necessidade da valorização para a acumulação cafeeira, as medidas adotadas por Arthur Bernardes e Washington Luiz mostram claramente a tentativa de salvamento de suas consciências liberais, ao ponto de um “Salve-se quem puder” (Aureliano, 1981, p. 80) de Washington Luiz em 1929:

Os preços recuperaram-se até setembro de 1929, quando o Banco do Estado esgotou seus recursos para financiar a retenção do café. O crédito externo tornara-se inacessível, e Rolim Telles solicita o redesconto de 100.000 contos de réis, encontrando fechadas as portas dos cofres do Banco do Brasil. Apelos são dirigidos ao Presidente da República pelo presidente de São Paulo e pelo secretário da Fazenda. Inutilmente. Washington Luís responde que a defesa do café não lhe interessava mais, recorrendo ao exemplo da Inglaterra, que abandonara a borracha. (Aureliano, 1981, p. 79)

A sistemática deterioração da hegemonia da burguesia agrária paulista levará à anteriormente citada cisão oligárquica, cujo resultado será a formação, nas eleições de 1929, da Aliança Liberal liderada por Getúlio Vargas e, no ano seguinte, a chamada Revolução de 1930.

4.4. REVOLUÇÃO DE 1930 E GOVERNO PROVISÓRIO: SUJEITO NACIONAL E ELEMENTOS DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA

4.4.1. A Aliança Liberal

Segundo Fonseca (1988, p. 140): “A formação da Aliança Liberal *demonstra seu caráter oligárquico*, mesmo porque gestada dentro das estruturas políticas, econômicas e institucionais da República Velha, o que não impede que seja revelada sua outra face, àquela vinculada: *a burguesa*.” Nesse sentido, a chapa aliancista representa a tentativa das oligarquias de outros estados de ganhar terreno na crise do bloco de poder então dominante. Como afirmado anteriormente, dentro do jogo político-ideológico da época, a disputa aparecia como embate entre estados, dado o sujeito regional constituído a partir de 1898 e que caracterizava o sistema político-ideológico da República Velha, assentado no discurso liberal. Segundo Fonseca (1989), tal situação se evidencia pelo papel assumido pelo Partido Republicano de cada estado, na medida em que estes congregavam as oligarquias estaduais. Referindo-se à plataforma da Aliança Liberal, afirma:

Tratava-se, portanto, de um programa *burguês* em toda a acepção da palavra, seja com relação ao capital, procurando acomodar suas diversas frações dentro de determinada circunstância histórica e com base em certa correlação de forças políticas, seja com relação ao trabalho, buscando sua adaptação e submissão ao capital. *Os políticos das oligarquias dissidentes expressavam os interesses das classes dominantes de seus estados*; e, nestes o peso, do setor primário na economia

era maior que em São Paulo, a Plataforma deixava isso transparecer. Não se tratava de excluir a burguesia industrial, mesmo porque esta nos estados aliancistas apoiou a chapa Vargas-João Pessoa, da mesma forma que as principais associações industriais de São Paulo lançaram manifesto em favor de Júlio Prestes. O PRR era por excelência o partido dos industriais gaúchos, da mesma forma que o PRP o era dos paulistas. Os industriais *não* foram excluídos da Aliança Liberal pela mesma razão que não o foram da chapa oficial: *faziam parte, na República Velha, dos partidos situacionistas estaduais*. (Fonseca, 1989, p. 127)

Em outro trabalho, o autor prossegue:

Em uma visão longo prazo sobre os conflitos e a instabilidade política da República Velha, percebe-se que sua aparente estabilidade assentava-se fortemente em sua peculiar estrutura política que, abafando em boa medida os conflitos sociais emergentes, circunscrevia a política oficial às elites - e daí esta vir à tona como se fosse “entre estados”; estes, e não as classes sociais ou os partidos, transformavam-se nos principais atores. (Fonseca, 1999, p. 126)

Com relação à Plataforma, expressa a variedade política na base da Aliança, tendo em vista que se compunha de demandas regionais e apelos específicos de certos setores (Exército, Marinha, por exemplo), além de tratar de temas de “interesse geral”, como educação e saúde (Fonseca, 1987, p. 21). Desse modo, em suas linhas gerais, percebe-se que:

Não excluía o café (vale lembrar o Partido Democrático de São Paulo, oposição ao PRP, que fazia parte dela), mas pretendia fazer uma política econômica diversa da então levada adiante pelo governo. Não apontava para o primado da indústria, embora pretendesse pactuar com ela: defendendo as “indústrias naturais”, atrelava os interesses da burguesia industrial aos dos setores agrários. Pretendia fortalecer o mercado interno *vis-à-vis* as exportações, mas a principal polaridade não era esta, mas entre “exclusivismo cafeeiro” e “outras atividades agrícolas”, estas últimas defendidas com vigor. (Fonseca, 1987, p. 22)

Nesse sentido, apesar da existência de elementos que propunham determinadas discontinuidades, como a proposta de regulamentação das leis trabalhistas, nota-se uma forte dose de continuidade. Com relação ao dilema anteriormente citado, entre discurso liberal e acumulação cafeeira, re-problematiza o segundo, tendo em vista nova proposta na defesa do café, vinculada agora à redução de custos e não mais a sustentação de preços. Enfim, a própria caracterização da Aliança sugere um caminho, qual seja, Liberal. Apresentava-se, assim, como uma união entre liberais. Na construção do consenso, aparece o sujeito comum. Apesar da diversidade anteriormente citada, grande parte identificava-se com o liberalismo.

4.4.2. O Governo Provisório

O Governo Provisório iniciou com a vitória do golpe liderado por Vargas em 1930. A chamada “Revolução” de 1930 liquida com o arranjo político representado pela República Velha e desmonta as principais bases do bloco de poder hegemônico no pré-1930. Inicia-se, assim, um novo pacto político-ideológico no país. A análise econômica foi feita no capítulo anterior e constata o desencadear do movimento de industrialização nacional em 1933. Do ponto de vista político-ideológico, o período representa o início da construção de um novo discurso, baseado em um novo sujeito interpelado. Este se concretiza em um novo tipo de Estado, caracterizado por uma nova relação com a sociedade civil. Constitui-se, assim, o início da formação do discurso desenvolvimentista, cuja interpelação central aparece como um sujeito nacional: “*nós*” enquanto *brasileiros*. Tal, no nível concreto, legitima o processo de centralização estatal, perda do poder dos estados e intervencionismo econômico. Além disso, dará novo *sentido* à ação estatal, visto que, intrinsecamente, constituirá um novo *projeto nacional*. Sendo assim, apresenta um ponto de partida e outro de chegada e, entre eles, um caminho; o discurso desenvolvimentista amalgamará ideologicamente os três. Forma-se, nesses termos, a realidade do chamado *Brasil moderno* (Fernandes, 1975; 1968)

Tem-se, assim, a principal descontinuidade político-ideológica em relação ao período anterior: o discurso desenvolvimentista gesta-se na crise e deterioração do bloco de poder dominante, cuja realidade construiu-se a partir do relato liberal. Desse modo, seus elementos constituem-se sob uma visão crítica à realidade precedente. Suas articulações apresentam-se como superações do discurso anterior, visto como atrasado e em descompasso com as necessidades nacionais. Dessa forma, emerge como primeira característica seu anti-liberalismo, o que torna seus elementos constituintes uma contraposição àqueles do discurso anterior. Isso fica claro, por exemplo, com a construção do sujeito nacional: este supera os conflitos entre estados. Se o primeiro possuía como aspecto central um sujeito regionalizado e tinha como elemento simbólico essencial a defesa do orçamento equilibrado, o segundo articula um sujeito nacional e a defesa e necessidade de seu desenvolvimento. Apesar disso, a austeridade fiscal sempre aparecerá nos discursos de Vargas. No entanto, perde terreno e a centralidade que possuía na República Velha: ocupa, agora, posição subordinada à necessidade de desenvolvimento da Nação, o que, na época, significa sua industrialização. Nesse sentido, o discurso desenvolvimentista resgata alguns elementos esquecidos pela

realidade anterior: a partir de então, modernizar é industrializar; condição necessária e, para muitos, suficiente para a modernização nacional. Essa associação marcará o desenvolvimentismo como discurso. Esse contexto, redimensiona o papel do Estado Nacional. Este, agora, encarna a vontade do desenvolvimento nacional e a política econômica deve, necessariamente, subordinar-se a essa meta. Entende-se, assim, o sentido da “inovação” trazida com a década de 1930: o aumento do crédito, a criação de instituições para a diversificação agrícola e crescimento industrial, o aumento do investimento e do intervencionismo estatal, todos esses fatores constroem seu sentido a partir da realidade expressa e ordenada pelo discurso desenvolvimentista. A realidade, enfim, aparece como fruto de uma interpretação e a desenvolvimentista constrói o sentido daquilo que prega.

Parte-se, então, da contribuição dada por Fonseca (2003), quando defende a intencionalidade da política industrializante verificada a partir de 1930:

Neste sentido, pode-se demonstrar que as instituições criadas e/ou modificadas na década de 1930 pelo governo brasileiro evidenciam sua opção industrializante, pois representam mecanismos, regras, arenas e espaços para, dentro do aparelho estatal e sob sua influência, reorientar a economia, definindo nova relação estado/empresariado/mercado/trabalhador. (Fonseca, 2003, p. 135)

Do ponto de vista ideológico, tal cenário constrói-se na medida em que a necessidade do desenvolvimento da Nação apresenta-se como objetivo maior a ser buscada pelo governo. Num artigo sobre o tema, o mesmo autor afirma:

Neste ideário, o desenvolvimento não é apenas uma palavra de ordem a mais, mas o elo que unifica e dá sentido a toda ação do governo, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos mais diferentes campos, além da economia propriamente dita: educação, saúde, legislação social, cultura, políticas públicas, etc. Trata-se um fim em si mesmo, porquanto advoga para si a prerrogativa de ser condição para desideratos maiores, como bem-estar social, ou valores simbólicos de vulto, como soberania nacional. Assim, o desenvolvimento assume a configuração de uma utopia, um estágio superior a ser conquistado, com patamar mais elevado de felicidade. Sem ele a nação permanecerá no atraso, com péssima distribuição de renda, periférica ou subordinada no contexto internacional, com indicadores sociais degradantes. Mas a reversão deste quadro não vem espontaneamente, deve ser construída, exige ação, determinação, vontade e [...] planejamento. (Fonseca, 2004, p. 227)

Os elementos que formarão nesse novo ideário aparecerão já no período considerado, não esquecendo, é claro, que a década de 1930 aparece como momento de gestação dessa nova ideologia. A Constituição de 1934 mostra claramente esse cenário, como veremos mais adiante.

4.4.2.1. *Centralização Política e Intervencionismo Estatal*

Dada a análise anterior, já temos elementos para tentar a reconstrução político-ideológica do período, tendo em vista os vários elementos de descontinuidade em relação ao pré-1930. A apreensão das tendências que advirão, marcam a gênese de um novo tipo de Estado, baseado em um novo arranjo político-ideológico, do qual a Constituição promulgada em 1934, invariavelmente, faz parte. Sendo assim, analisam-se agora as tendências políticas do momento, investigando como e em que medida estas transformam o aparelho estatal.

Para Draibe (1986), o novo contorno estatal estabelecido no pós-1930, surge na tentativa de “estatizar” as relações econômicas de classe, promovendo sua conseqüente *politização*. Assim, o Estado internaliza os conflitos e atua, nesse sentido, como *dirigente*: “[...]o Estado é dirigente. Vale dizer, coloca no limite, além dos horizontes dos interesses dominantes, um projeto de transformação capitalista da economia e da sociedade” (Draibe, 1986, p. 44). Ainda segundo a autora, tal situação apenas se torna possível pela relativa autonomia do Estado no período, tendo em vista a grande fragmentação e heterogeneidade das forças sociais e políticas: “Assim, se a heterogeneidade e a incapacidade hegemônica das classes sociais fundaram a autonomia do Estado, as correlações instáveis de força definidas no campo da luta política demarcavam não apenas os *limites* em que se exerceria esta ação autônoma como o *sentido* que ela haveria de ter” (Draibe, 1986, p. 63).

Do mesmo modo, para Fonseca (1989, p. 184): “[...] entender o Estado pós-1930 significa não apenas identificar seu conteúdo de classe, mas as *novas formas* que ele foi tomando, reatualizando velhas questões e procurando solucioná-las sob determinada correlação de forças políticas existentes”.

Sendo assim, para os dois autores tal transformação baseou-se, principalmente, na centralização política e no intervencionismo estatal (Draibe, 1986; Fonseca, 1989; 1987; 2003):

A extensão e o aprofundamento do Estado do intervencionismo evidenciam-se na burocratização, racionalização e centralização da tomada de decisões, tendo como pólo impulsionador o governo federal. Estas vão facilitando mudanças –

econômicas, políticas e sociais -, que se constituem verdadeiro processo de transformação capitalista (Fonseca, 1989, p. 193)

Para Draibe (1986), essa centralização se processa de duas maneiras: com a “construção de um novo arcabouço jurídico – político estatal”, com o objetivo de formar uma nova base organizacional para o funcionamento do Estado; e com a “edificação de um aparelho burocrático – administrativo de intervenção, centralização e controle”.

A centralização trouxe consigo elementos novos, que alteraram a qualidade e a natureza do conjunto de instrumentos políticos ou de regulação e controle anteriormente vigentes. Velhos órgãos ganharam nova envergadura, estruturaram-se gradativamente as carreiras, assim como os procedimentos sujeitaram-se crescentemente à lógica racional-legal. Ao mesmo tempo, erigiu-se um novo aparelho de regulação e intervenção econômica; estruturou-se no Estado uma área social na qual passaram a ser gestadas políticas públicas de caráter nacional; finalmente, os organismos coercitivos e repressivos estatais adquiriram substância qualitativamente nova. (Draibe, 1986, p. 62)

Assim, baseado nessa nova forma de Estado, tem-se também uma nova postura deste em relação à sociedade civil; o qual a literatura consagra como *intervencionismo* (Fonseca, 1987). Desse modo, podemos listar entre as instituições criadas de caráter regulatório no pós-30: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; em 1931 o Departamento Nacional do Trabalho; em 1934 o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Plano Geral de Viação Nacional e a Comissão de Similares; e em 1937 o Conselho Técnico de Economia e Finanças. Na área agrícola, cria-se em 1931 o Conselho Nacional do Café (substituído em 1933 pelo Departamento Nacional do Café), em 1931 o Instituto do Cacau da Bahia; em 1933 o Instituto do Açúcar e do Alcool; e em 1934 o Instituto de Biologia Animal. Uma análise do caráter desses órgãos permite vislumbrar os traços principais do *sentido* pretendido pela ação governamental: a diversificação agrícola e o apoio ao crescimento industrial (Fonseca, 1987).

Soma-se a isso, o decreto nº 19.739, que proibia a importação de máquinas por certas indústrias, e a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil em 1937, que deveria financiar a criação de novas indústrias. Esses dois fatores, segundo Fonseca (1987, p. 24), revelam que o governo procurou “atender de perto as reivindicações dos empresários industriais”. Nesse sentido, ainda segundo o autor, há uma mudança de sentido na ação governamental após 1930, pois os diversos conselhos e órgãos criados caracterizam “não apenas a burocratização e a racionalização na tomada de decisões,

mas o *sentido destas*, já que a suas cúpulas foram trazidos empresários, muitas vezes os de maior liderança em seus setores, estabelecendo-se uma ponte direta entre Estado e burguesia industrial” (Fonseca, 1987, p. 25).

Já Ianni (1977) ao analisar este período, também enfatiza a mudança na relação entre o Estado e a economia. Nesse caso, redefine a aplicação das medidas econômicas para a formação do que chamou de “tecnocracia estatal” e a conseqüente hipertrofia do Poder Executivo. Avalia a ação do Poder Público na medida em que este pretende “estabelecer novos padrões e valores, ou reafirmar os padrões e valores específicos das relações e instituições de tipo capitalista” (Ianni, 1977, p. 22).

Do ponto de vista econômico, vários autores, ao enfatizarem as continuidades e descontinuidades na utilização do instrumental econômico (fiscal, cambial e monetário), vêem no Governo Provisório um viés continuísta, enxergando como principais preocupações do novo governo os gastos públicos (Villela, Suzigan, 1973; Dean, 1971; Pelaez, 1972). Nesse caso, concordamos com Fonseca (1987):

Embora o debate em torno das políticas monetária, cambial e fiscal tenha concentrado a maior parte dos esforços os economistas voltados ao estudo da economia brasileira na década de 1930, deve-se ter presente que o resgate do sentido da política econômica vai além delas. Assim, sem excluí-las, deve-se investigar outras questões de vulto, inclusive no plano institucional, como as diversas medidas adotadas no que tange ao reordenamento das diversas frações do capital (...) como do capital com relação ao trabalho (...). Quanto a essas, desde logo evidenciam-se a extensão e o aprofundamento do intervencionismo (...) (Fonseca, 1987, p. 23).

Fica claro nas avaliações realizadas acima a profundidade da mudança realizada no pós-1930, estendendo-se desde a re-problematização da estrutura estatal até à possibilidade de industrialização nacional. Apresenta-se, assim, a conjuntura em que se constrói a Constituição de 1934.

5. A TOTALIDADE CONCRETA

5.1. A CONSTITUIÇÃO DE 1934 E A FORMAÇÃO DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA: UMA INTERPRETAÇÃO

Nos capítulos anteriores empreendeu-se, nos termos de Kösik (1985), um *détour*: partiu-se dos contornos do concreto para a análise da tendência objetiva expressa no momento analisado. Pretendemos, então, recuperar a totalidade na qual se detecta um período de transição capitalista. A partir daí, como forma, construiu-se os discursos político-ideológicos existentes na época, constituindo as realidades onde tal processo aparecia como algo factível. Apesar disso, para a grande maioria dos indivíduos, este não se apresentava de maneira clara e definida. Uma ideologia não explicita totalmente o processo característico de determinado momento histórico. Antes disso, ela lhe empresta significado, sem, necessariamente, reconhecê-lo. Transforma, enfim, a totalidade em *linguagem*, através dos elementos dispostos pelo mundo concreto. É a partir desse ponto que se analisa o objeto, tendo este não mais como expressão em si da tendência antes referida. Ele, agora, aparenta resultar como fruto da linguagem, articulada no relato daqueles que “viveram o drama”. Tem-se, assim, ao longo da análise empreendida neste trabalho, as bases para a interpretação da Constituição de 1934.

Ao longo da investigação, apresentou-se três pontos basilares para o estudo do objeto: primeiro, insere-se no processo de generalização de relações capitalistas de produção, o qual desemboca, já em 1933, no movimento de industrialização nacional; segundo, aparece num momento de crise do bloco de poder então hegemônico, baseado no discurso liberal; e terceiro, relaciona-se com a reorganização político-ideológica nacional, na qual se lançam as bases para a formação de um novo bloco de poder. A Constituição de 1934 expressa, portanto, esse novo momento do país: superando o sujeito regional propalado pelo liberalismo, inicia-se a formação de um sujeito nacional, o qual, em nível jurídico-institucional, legitimará as principais tendências políticas do período, quais sejam: a

centralização política e o intervencionismo estatal. A associação, nesse ponto, é clara: o Estado nacional encarna a “vontade da nação”. O *sentido* para essa reestruturação do Estado brasileiro se constrói aos poucos, na medida em que avança a reorganização político-ideológica do país e um novo discurso vai sendo criado. A relativa autonomia do Estado, apontada por alguns autores, nesse contexto, resulta mais do que simples indefinição de classe: apresenta-se também como período de transição ideológica, com a qual uma nova realidade se configura. É essa trajetória que torna inteligível o caráter diverso da Carta Constitucional em análise. Lado a lado com elementos liberais, encontram-se outros tantos antiliberais. Nesse sentido, afirma-se: a Constituição de 1934 exprime os primeiros elementos jurídico-institucionais que embasarão a formação do Estado desenvolvimentista brasileiro. Mais que isso, propicia um momento de condensação dos elementos constituintes do futuro discurso desenvolvimentista, na medida em que serve como ponto de associação entre elementos antiliberais, como os dois já citados. Sendo assim, ela não é apenas a concretização de um discurso que se forma e que inicia a transformação da estrutura estatal; possibilita também a associação das tendências políticas antes expostas. Nesse contexto, vê-se claramente o início da formação de um sujeito nacional calcado na idéia de “interesse nacional”; a defesa do intervencionismo estatal, criando os primeiros instrumentos jurídicos para tanto; uma maior centralização política por parte do governo federal; e um nascente tom nacionalista, como veremos adiante. Dentro desse arcabouço, a Carta Constitucional aqui analisada apresenta-se como materialização legal do Estado desenvolvimentista nascente, já que permite a condensação de elementos que, historicamente, formam o discurso que embasa as transformações.

5.1.1. As Continuidades

O enfoque aqui dado às transformações ocorridas no pós-1930 não representa a irrelevância das continuidades constatadas. Pelo contrário, sua investigação aparece como parte essencial de qualquer esforço de interpretação do período analisado. Nesse sentido, dentre as verificadas, duas revelam-se de profunda importância, quais sejam, a manutenção do sistema presidencialista e do federalismo. Os dois aspectos apresentam-se como pontos basilares da estrutura estatal durante a República Velha e, apesar das críticas à

exacerbada autonomia dos estados durante o pré-1930, não há grandes contestações sobre nenhum deles. Nesse contexto, vale duas passagens de Gomes (1981) sobre a Constituinte:

Não se tratava de abandonar a liberal-democracia, mas de reconhecer seus desvios práticos e a necessidade de correção dos exageros do liberalismo que acabam por ameaçar o próprio projeto democrático fundado no exercício do direito de voto e das liberdades de expressão e de reunião. Para aqueles que comungavam tal opinião, o fundamental era manter o liberalismo, transformando-o através de novos expedientes políticos, em nome da própria democracia. É exatamente neste contexto que a defesa do presidencialismo, com a reforma do sistema eleitoral, é considerado medida essencial para a superação do mal criado pela “política dos governadores”. (Gomes, 1981, p. 60)

Contudo, se em relação ao liberalismo as linhas do debate parlamentar chegam a envolver questões que, na verdade, abordam sua manutenção ou abandono, em relação ao outro grande tema do momento político não se pode dizer que tal fato chegue a ocorrer. A questão do federalismo - sem dúvida alguma intrinsecamente relacionado com a anterior - não consegue polarização tão evidente. [...] Assim, paulistas, mineiros, gaúchos e baianos unem-se em torno dos princípios da descentralização do poder e, embora admitindo o estabelecimento de certos limites em nome da União, insistem em que a manutenção do federalismo é elemento crucial à prática da liberal-democracia. (Gomes, 1981, p. 61)

Fica evidente, desse modo, que, embora fossem questões centrais, tanto o federalismo quanto o presidencialismo não eram, no debate político da época, apresentados, em si, como problemas, apesar das críticas mais acirradas empreendidas por alguns grupos, como os tenentes. As contestações que surgiam apresentavam a necessidade de modificação de ambos os sistemas, porém nunca propunham abandoná-los. Sendo assim, o que aparece nos trechos acima citados são propostas de alterações no nível em que são aplicados dentro da organização estatal brasileira. O problema, nesse caso, desloca-se: o federalismo, em si, não comprometia a dinâmica política nacional; o que a deturpava era a distorção provocada pela “política dos governadores”. É a partir daí que o “aumento dos vínculos federais” (Bastos, 1987, p. 3) propostos pela Constituição ganha em sentido: tenta-se a centralização política dentro dos marcos construídos pela Constituição anterior, quais sejam, o presidencialismo e o federalismo. O caráter da Revolução de 1930, como auge de uma crise oligárquica (Fonseca, 1989), não representa uma ruptura com o liberalismo político esboçado nos contornos da Constituição de 1891, no entanto, inevitavelmente, propõe mudanças. Estas constroem-se aos poucos, nos interstícios deixados pelo enfraquecimento das bases do antigo bloco de poder. Nesse contexto, as continuidades acima apresentadas evidenciam que 1930 representa a mudança, não a ruptura. Do mesmo modo, a Carta Constitucional produzida em 1934 não surge como contraponto às bases de sua antecessora, a de 1891, antes disso, representa a formação de alguns elementos de contraste, sem, no entanto, propor uma transformação radical. Apesar disso, a própria modificação do federalismo em 1934, sem nunca contestar a

autonomia dos estados, apenas seu grau, enfatiza uma reproblemática do tema. Lembrando Fonseca (1987, p. 31) “[...] mesmo as continuidades não deixam de descortinar a *mudança das formas* através das quais historicamente elas se reproduziram”, tem-se que as próprias problemática das continuidades ensejam suas transformações, tendo em vista que supõe uma re-significação de ambas. Tal questão será resolvida apenas em 1937, com o golpe do Estado Novo.

5.1.2. As Descontinuidades

Trata-se, agora, das descontinuidades apresentadas pela Constituição de 1934 em relação àquela construída em 1891. Como referido anteriormente, podem ser agrupadas em basicamente quatro grupos: início da formação de um sujeito nacional calcado na idéia de “interesse nacional”; criação de instrumentalização jurídica com o objetivo de possibilitar o intervencionismo estatal, principalmente nos assuntos econômicos; maior centralização política por parte do governo federal; e um nascente elemento nacionalista. Esses quatro elementos aparecem juntos pela primeira vez em uma Carta Constitucional, o que marca a relevância das modificações aqui apresentadas. Dentro desse arcabouço, entende-se a Constituição de 1934 como um dos primeiros marcos jurídicos que possibilitarão a formação do Estado desenvolvimentista brasileiro. Nesse contexto, a Carta permite a condensação de elementos que, historicamente, formam o discurso que embasa as transformações, qual seja, o desenvolvimentista. Desse modo, apresenta-se como parte da construção de uma forma institucional condizente com o paradigma em gestação em 1934, que redefinirá as bases da ação estatal. A construção de ambos, nesse caso, faz parte do mesmo processo, qual seja, a constituição de um realidade que re-significa o momento histórico vivido e forma o sentido das mudanças tidas então como necessárias. É sob esse prisma que se busca o sentido das descontinuidades verificadas.

5.1.2.1. O Sujeito Nacional

O início da formação de um sujeito ideológico nacional foi uma das principais modificações ocorridas no pós-1930. Este aparece como superação do antigo sujeito regional apresentado pelo discurso liberal da República Velha e surge na Constituição de 1934 como idéia de um “interesse nacional”, visto como “interesse da Nação”. O próprio conceito de Nação ganha em relevância, aparecendo inúmeras vezes na Carta Constitucional, principalmente quando representa “as necessidades da vida nacional” (Bastos, 1987, p. 3). Além disso, tendo agora esse novo caráter, a defesa dos “interesses nacionais” representa o próprio sentido da Constituição, já que assenta as bases da relações jurídicas existentes no país. Verifica-se também, quando trata das competências da União, uma associação entre esta e a Nação (ver seção 2.1.1.), o que não ocorria no pré-1930 dado a elevada autonomia dos estados. Nota-se, nesse caso, o início da vinculação entre Nação e Estado, relação que será basilar no futuro discurso desenvolvimentista, já que o segundo apresenta-se como o representante dos interesses do primeiro.

5.1.2.1. A Centralização Política

Como referido na seção 5.1.1., a centralização política por parte do governo federal eleva-se mesmo considerando a manutenção do federalismo. Nesse sentido, tal fenômeno aparece como um re-ordenamento da estrutura estatal, visando um aumento dos vínculos federais (Bastos, 1987). O federalismo, nesse caso, continuará vigorando, porém será sistematicamente enfraquecido pelo aumento das responsabilidades e competências da União. Nesse contexto, segundo Draibe (1986), o principal ponto onde se verifica o aumento da concentração política relaciona-se à *unificação* da Justiça, definida pela Constituição em 1934. Nela o tema se refere ao fim da competência dos Estados de legislar sobre direito processual. Desse modo, segundo a autora, comparando a Carta de 1934 com a de 1891, tem-se que: “Os procedimentos da Justiça Comum foram objeto de regulação federal, modificando-se a sistemática da Constituição de 1891, pela qual cada Estado tinha seu Código de Processo. A Constituição de 1934 atribui à União a competência de legislar sobre direito processual (art. 5.º, XIX, a)” (...) (Draibe, 1986, p. 64). No entanto, ao lado dessa aparece

outra modificação na estrutura do Judiciário, qual seja, a criação da Justiça Eleitoral, desde o início vinculada ao Judiciário federal. Draibe (1986) entende como elemento que visa a ampliação e regulamentação da cidadania social e política, tendo como consequência a construção de um Poder Judiciário unificado e centralizado:

Se o aparelho judiciário alcançou, através das novas medidas, um grau maior de unificação e homogeneização nacionais (...) inscreveu também na sua própria estruturação material a natureza dos conflitos que permearam a sociedade brasileira. Aí foram reguladas as relações entre o capital e o trabalho, enquanto se confirmaram objetivamente, na estruturação da Justiça Eleitoral, as pressões de setores médios e populares pela ampliação da cidadania política. (Draibe, 1986, p. 65)

A reestruturação do aparelho estatal aparece, desse modo, não apenas como desmanche da rede de clientelismo montada durante a República Velha, mas como condição para o re-significação do próprio Estado, tendo em vista a nova função que assume no pós 1930, qual seja, a defesa dos interesses da Nação. Modificar o estado, nesse contexto, é condição necessária para modificar a Nação, isto é, “desenvolvê-la”. Assim, compreendem-se também outras mudanças, já que 1934 surge como momento em que se fixam os princípios da vitaliciedade, da inamovibilidade, irredutibilidade de vencimentos e a obrigatoriedade do concurso público para ingressar na Magistratura. Essas medidas representam, inevitavelmente, parte do processo de racionalização do aparelho burocrático.

Além disso, outro ponto onde houve uma centralização por parte do governo federal foi o estabelecimento da competência da União na elaboração, coordenação e fiscalização na construção e execução do então Plano Nacional de Educação. Tal tema possuía elevada importância para o governo constituído no pós-1930, tendo em vista ser uma das principais mudanças propostas pela então Aliança Liberal. Como afirma Fonseca (1987):

Quanto a educação profissionalizante, a Plataforma [da Aliança] pregou a necessidade de substituir o ensino meramente teórico e preparador de elites, centrado no estudo de línguas, como francês e Latim, e no de disciplinas como História e Filosofia, por outro, profissionalizante e preparador de mão-de-obra, no qual deveriam ser incluídas disciplinas sobre economia, contabilidade e administração. Esta era uma das mais caras reivindicações dos líderes empresariais, pois freqüentemente eram suas queixas de falta de mão-de-obra especializada, principalmente de “pessoal de escritório”. (Fonseca, 1987, p. 22)

Sendo assim, compreende-se o caráter estratégico da área e o interesse do governo federal em centralizar suas operações. Nesse contexto, apesar de não se vincular a uma alteração na estrutura estatal, mantém o sentido das mudanças propostas.

5.1.2.2. O Intervencionismo Estatal e o Nacionalismo

A Constituição de 1934 construiu os primeiros instrumentos jurídicos que possibilitaram a intervenção estatal na sociedade civil. Tal postura firma-se ideologicamente mediante a formação do sujeito nacional anteriormente referido, e a associação deste com o Estado, entendido agora como defensor dos interesses do primeiro. Dessa forma, o Estado adquire a legitimidade para empreender as mudanças que considera necessárias para o desenvolvimento da Nação. É dentro desse contexto que se depreende o sentido da intervenção, que, na Carta Constitucional de 1934, aparece, principalmente, em mudanças referentes à possibilidade de monopólio estatal de alguma indústria, por motivo de interesse público e mediante pagamento de indenização (ver seção 2.1.1.). Tal aspecto vai ao encontro das mudanças ocorridas na década de 1930, quando se verifica a criação por parte do governo federal de órgãos e instituições, que visavam, como visto na seção 4.4.2.1., o aumento da diversificação agrícola e o crescimento industrial. O intervencionismo, agora expresso na Constituição de 1934, será durante toda a década elemento central na relação entre Estado e sociedade civil:

[...] desde logo evidenciam-se a extensão e o aprofundamento do intervencionismo, acelerando a burocratização e a centralização na tomada de decisões, as quais emprestariam ao Estado do pós-30 *forma* bem diversa da encontrada no período precedente. Conquanto a República Velha não estivesse diante de um Estado absenteísta - as políticas do café vinham de longa data -, a partir de 1930 o intervencionismo não só passou a abranger os diversos segmentos da economia e da sociedade e se expandiu verticalmente em cada setor, incorporando-se ao *modus operandi* do governo, mas *transformou-se em ideologia*. (Fonseca, 1987, p. 24)

Já segundo Ianni (1977), 1934 marca a adoção, pela primeira vez, de uma postura explicitamente nacionalista e intervencionista, na medida em que define a necessidade de concessão federal para a exploração de qualquer mina ou jazida estabelecida em território nacional. Além disso, referindo-se ao elemento nacionalista, estabelece que as autorizações ficariam restritas a brasileiros ou a empresas estabelecidas no país, o que representa uma

mudança de tom em relação ao capital estrangeiro, acostumado a concessões públicas tão frequentes durante a República Velha (Singer, 1975).

5.1.3. Uma Síntese

Enfim, vê-se que a Constituição elaborada em 1934 aparece como momento privilegiado de análise, tanto por expressar a conjuntura político-ideológica do período quanto por permitir a condensação dos elementos que, historicamente, formam o discurso desenvolvimentista. Desse modo, representa uma mudança na *forma* jurídico-institucional do Estado brasileiro, tornando-se uma das primeiras expressões jurídicas do nascente Estado desenvolvimentista e um dos primeiros documentos que estabelecem uma nova postura entre este e a sociedade civil. Nesse sentido, faz parte de um processo mais amplo que reestrutura o Estado nacional mediante a formação de uma nova realidade. O Estado, nesse caso, assume a responsabilidade do desenvolvimento nacional, este transformando-se em utopia (Fonseca, 2004), concepção que aparece claramente já na década de 1930. A possibilidade de industrialização nacional surge, assim, como caminho para o desenvolvimento da Nação. Desenvolver é industrializar, visão que dá sentido à intervenção estatal na criação dos órgãos e instituições durante a década de 1930. Antes de 1934, a atuação estatal revestia-se nos contornos de um período de exceção, depois assumiu a forma da legalidade.

CONCLUSÃO

A importância histórica da Constituição de 1934 não é, necessariamente, fruto apenas da expressão de suas linhas. A relevância de certas mudanças não justifica análises superficiais. Assim como os homens, as leis apresentam-se como resultado de seu tempo. Nesse caso, a profundidade da Carta Constitucional de 1934 surge muito mais de sua significação, de seu sentido histórico, do que de sua concretude. Depreende-se dela uma nova conjuntura nacional, baseada no início do processo de industrialização e no desmanche do bloco de poder representado pela República Velha. Desse modo, em seu texto há algo “velho”, sobras de uma realidade que se debatia em suas próprias contradições, na tentativa de sobrevida. Porém, encontram-se também fatores novos, oriundos do berço de uma nova ideologia, apresentada como superação de “antigas” e “atrasadas” idéias. Raramente na história brasileira expressou-se de maneira tão clara o quão o valor de uma “visão de mundo” pode surgir não apenas da realidade que forma, mas também daquela que desconstrói. Nesse sentido, a Constituição de 1934 representa momento raro para análise: em seu conteúdo, aparecem elementos do futuro discurso desenvolvimentista; no entanto, tendo 1934 como início da formação e não de maturidade, representa, como aspecto primordial, o primeiro momento de debate entre um discurso liberal articulado e um nascente discurso anti-liberal, mas que ainda não possui forma definida. Tem-se, assim, como matriz histórica do desenvolvimentismo, a crise do discurso liberal ocorrida a partir da década de 1920. A Constituição elaborada em 1934 expressa claramente esse novo momento histórico.

Afirma-se, assim, a relação entre a Carta Constitucional de 1934, o desenvolvimentismo e o Estado desenvolvimentista. A Constituição permite um momento de condensação das novas idéias, que, pela primeira vez, aparecem juntas em um texto constitucional. A originalidade deste movimento demonstra a profundidade da descontinuidade em relação ao pré-1930. Por mais que a tão badalada revolução não se apresentasse além do nível da retórica, na medida em que se constituiu muito mais como um golpe de Estado, é inegável o caráter da mudança. Esta existiu, foi efetiva e marca o início de um período, calcado na busca do desenvolvimento nacional. Dessa forma, o sentido do Estado desenvolvimentista emerge da realidade construída pelo discurso do qual resulta, qual seja, o desenvolvimentista. E a Constituição de 1934, apresentando o aspecto concreto de

determinadas mudanças, delinea os contornos do início do processo de formação do Estado desenvolvimentista brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação). ZIZEK, Slavoj. *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- AURELIANO, L. M. *No Limiar da Industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da Ordem Republicana: repensando o pacto de Campos Sales*. Porto Alegre: Tese de Doutorado UFRGS, 2004.
- BASTOS, Celso R. A Constituição de 1934. BRASIL. *A Constituição de 1934*. Brasília: Minter, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRITTO, Lemos. *A Nova Constituição Brasileira: promulgada em 16 de julho de 1934*. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1934.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CARDOSO, Fernando H.; FALETO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- DEAN, Warrean. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.
- DECCA, Edgar Salvadori de. *1930 o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- DRAIBE, Sonia M. *Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1977.
- FAUSTO, Boris. Expansão do Café e Política Cafeeira. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1975.
- _____. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FISHLOW, A. Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo: FIEP/USP, 1972, v. 2, n. 6.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o Capitalismo em Construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Estado e Industrialização Consciente: 1930-45. *Questões de Economia Política*. Porto Alegre: n.4, p. 20-32, 1987.

_____. As Origens e as Vertentes Formadoras do Pensamento Cepalino. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: n.3, v.54, jul./set. 2000.

_____. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante no Brasil na Década de 1930. *Revista de Economia Política*, São Paulo: n. 89, p.133-148, jan/mar 2003a.

_____. O Método como Tema: controversas filosóficas, discussões econômicas. *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003b.

_____. O Processo de Substituição de Importações. REGO, José Márcio e MARQUES, Rosa Maria. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2003. Cap. 11, p. 248-282.

_____. A Gênese Regional da “Revolução de 30”. *Estudos Econômicos*. São Paulo: USP, v. 29, n. 1, jan./mar. 1999.

_____. Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*. São Paulo: PUCSP, v. 15, n. 2(26), p.225-56, jul./dez. 2004.

_____. O Ideário de Vargas e as Origens do Estado Desenvolvimentista no Brasil. *Segundo Congresso de Historia Económica*, México, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCO, Gustavo. A Primeira Década Republicana. ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FRITSCH, Winston. Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930. ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1971.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1978.

HEGEL, Georg Wilhelm Friederich. A Ciência da Lógica. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio: 1830*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *Fenomenologia do Espírito*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

IANNI, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil: 1930/70*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LACAN, Jacques M. E. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACLAU, Ernesto. *Política e Ideologia na Teoria Marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARCUSE, Herbert. *Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARINHO, Josaphat. A Constituição de 1934. PORTO, Walter C. (org.). *Constituições do Brasil*. Brasília: Fund. Tancredo Neves, 1987.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *O Método da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. Manifesto do Partido Comunista. Porto Alegre: L&PM, 2002.

MELLO, J. M. Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NIETZSCHE, Friederich. *Além do Bem e do Mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PELAEZ, C. M. *História da Industrialização no Brasil*. São Paulo: APEC, 1972.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeteira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional, 1889-1930. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1975.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

VERSIANI, F. R. e VERSIANI, M. T. A Industrialização Brasileira antes de 1930: uma Contribuição. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE/USP, v. 5, n. 1, 1975.

VILLELA, A e SUZIGAN, V. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA, Séries Monografias nº 10, 1973.

WEFFORT, F. O Populismo na América Latina. FURTADO, Celso. *Brasil, Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.